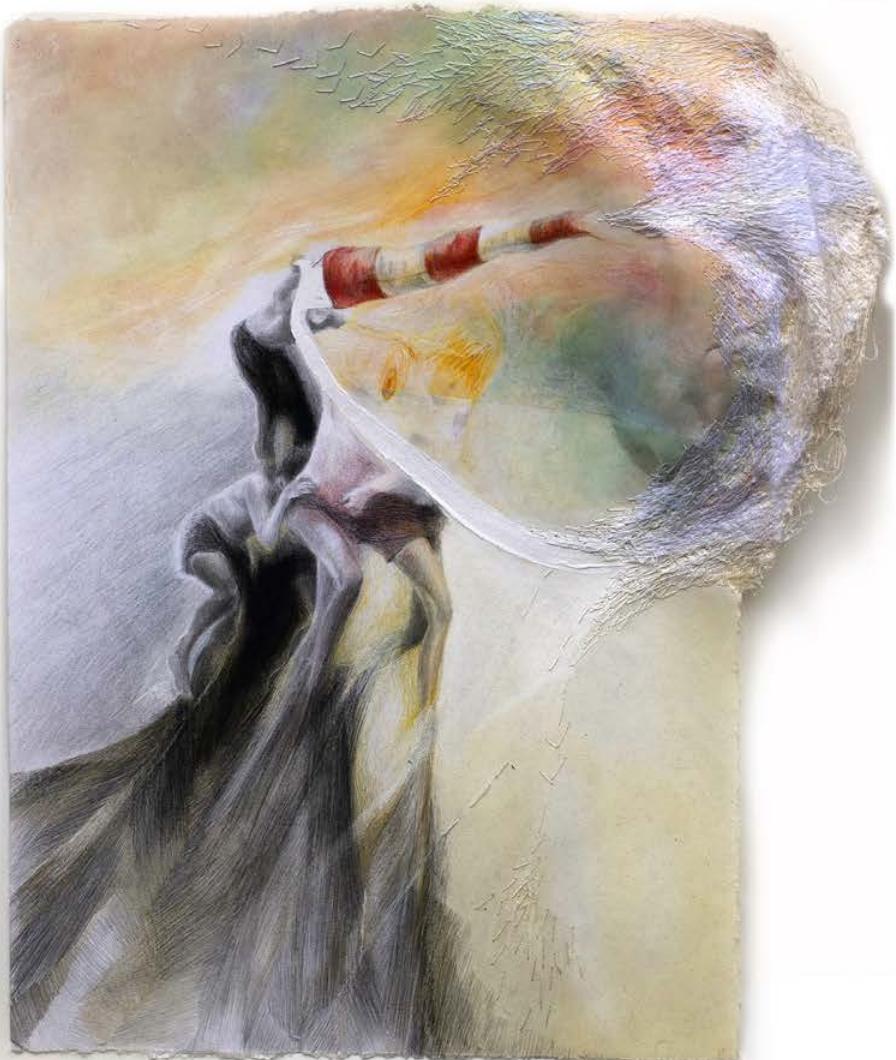


DESCENDÊNCIAS

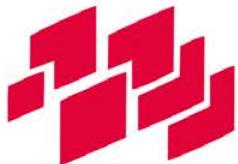
M A G A Z I N E



CONSULTORIA FISCAL E DE GESTÃO



Ao seu Lado
acompanhando
o seu negócio
quer seja desenvolvido
em nome pessoal ou
através de uma
sociedade de forma
personalizada



cisterdata
consulting

Business Adviser, Gabinete de Contabilidade
Processamento de Salários, apoio fiscal e ao estatuto RNH

Apoiamos a nossa atividade há já duas décadas
a partir das cidades de Lisboa, Paris, Marraquexe.



Lisboa, Paris, Marraquexe



+351 211 978 542



info@cisterdata.pt



www.cisterdata.pt

As áreas de suporte
e apoio à gestão
são ajustadas às suas
necessidades
potenciando o seu
negócio tendo
em conta a nossa
experiência
internacional.

p/ 06 e 07.

AILD e Poder Local de Mãos Dadas
De braços abertos

p/ 12.

Grande Entrevista
Observatório da Emigração

p/ 28.

A herança migratória da minha família
Por Gilda Pereira

N E S T A E D I C Ā O

p/ 38.

Artes e Artistas Lusos. Joaquim Magalhães de Castro
Por Terry Costa

p/ 44.

Ambiente. Comunidades de energia renovável
Por Vítor Afonso

p/ 69.

O programa fiscal do novo governo português
Por Rogério M. Fernandes Ferreira

Obra de capa

Título: Girouette

Dimensões: 49 x 33

Técnica: Mista sobre drop paper

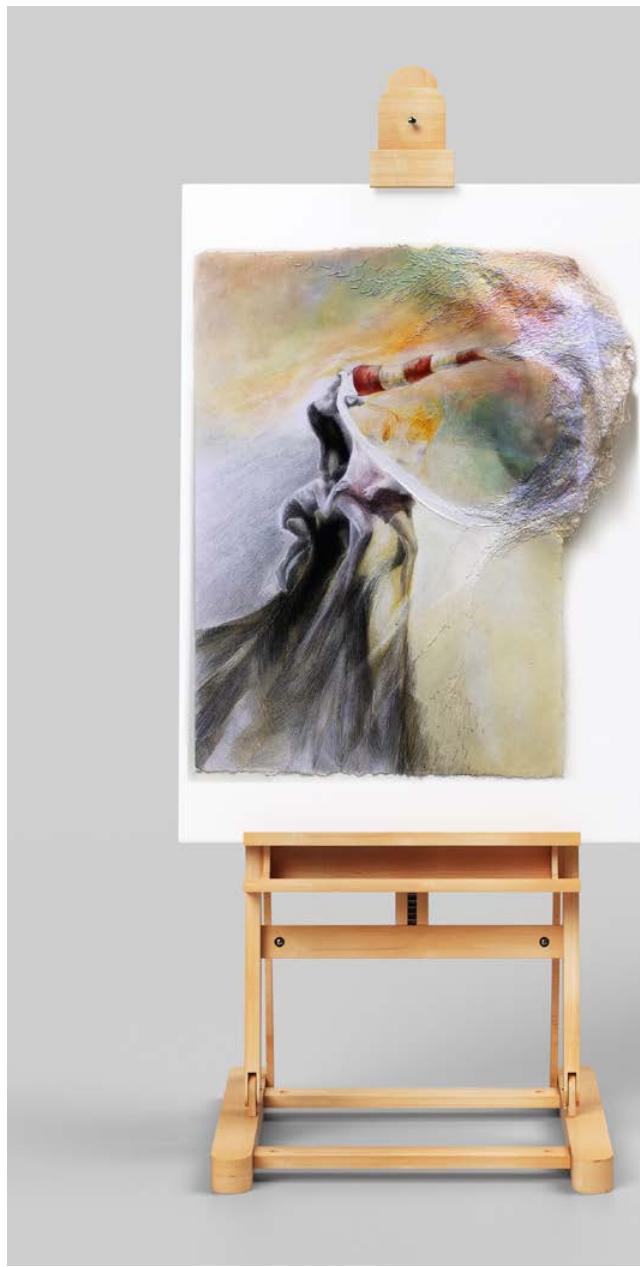
Descrição da obra:

Dificilmente se perde o fio à meada com a obra da Sónia Aniceto. Ela está lá para nos lembrar o essencial de uma existência: a felicidade, a identidade, a travessia de territórios, a interioridade, a ambivalência, o desespero, a evidência e o seu contrário. Neles respira-se a liberdade de ver e de sentir, com todas as emoções, sempre à flor da pele, como é próprio de um(a) artista. Sónia não pretende orientar-nos por um só fio, ao contemplar este sugestivo “Girouette”. Ela deixa-nos livres no emaranhado da trama com que o teceu, sem nos dirigir para qualquer um dos pontos cardeais indicados pelo vento, nem pelos pontos erráticos da máquina de costura, na mira de encontrar um porto de abrigo. Eu deixo-me guiar pelo grande vate Luís de Camões, no seu eterno peregrinar, acompanhando-o sôbólos rios que vão de Babilónia a Sião (...).

Texto de: Joaquim Tenreira Martins

Sónia Aniceto

brasdecapa@brasdecapa.pt



F T

Directora Fátima Magalhães | **Directora Adjunta** Gilda Pereira | **Editores** António Manuel Monteiro, Cristina Passas, Diana Correia, Fátima Pinheiro, Flávio Alves Martins, João Costa, Gilda Pereira, Hugo Gonçalves Silva, José Governo, Mafalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marta Costa, Melissa da Silva, Paula Cristina Veiga, Philippe Fernandes, Rogério M. Fernandes Ferreira, Sílvia Faria de Bastos, Tiago Robalo, Vítor Afonso | **Revisão** JG Consulting | **Design Gráfico** Amostra de Letras | **Estatuto editorial** <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | **Editor e Proprietário** Amostra de Letras Lda, NIF 515975591 | **Administração** Fátima Magalhães - 100% capital | **Periodicidade** Mensal | **Contactos** E: info@descendencias.pt W: <https://descendencias.pt> T: 309 921 350 | **Publicidade** E : publicidade@descendencias.pt | **Anúncios** A Amostra de Letras Lda, não é responsável pelo conteúdo dos anúncios

nem pela exatidão das características e propriedades dos produtos e/ ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | **Direitos** Em virtude do disposto no artigo 68º nº2, i) e j), artigo 75º nº2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | **Sede Editor/Redação** Rua dos Almocreses, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | **Registo ERC** 127522 | **Edição** 17, maio 2022 - GRATUITA.

Editorial

Caros Leitores

Girouette é uma magnífica obra de arte que Sónia Aniceto nos presenteia, ornamentada pela sonata de palavras de Joaquim Tenreira Martins. De mãos dadas com as autarquias e de braços abertos está a AILD, uma associação cada vez maior e mais dispersa no mundo. Prova disso mesmo é a Presidente do Conselho Cultural AILD/Reino Unido, Gabriela Ruivo que reside em Londres e que está em destaque nos associados deste mês. O Observatório da Emigração iniciou a sua atividade em 2009. Em 13 anos, já investigou, documentou e publicou centenas de informações especializadas relativas a portugueses no estrangeiro, à emigração portuguesa e às comunidades portuguesas. Estivemos à conversa com Rui Pena Pires, professor e investigador, e Inês Vidigal, assistente de investigação. Uma grande entrevista que não pode perder. Sérgio Tavares (Conselheiro do CCP) alerta para necessidade das Comunidades Portuguesas terem uma representação equitativa no parlamento. A *Gazeta Lusófona* um jornal fundado há 23 anos, tem um novo diretor, Adélio Amaro - que nos fala do passado, presente e futuro deste fundamental órgão de comunicação da Suíça. Terry Costa apresenta-nos Joaquim Magalhães de Castro, um jornalista investigador

da História da Expansão Portuguesa, que recentemente estreou o seu mais recente documentário “No Reino do Dragão” na RTP2. A importância das CER - comunidades de energia renovável para a descarbonização que visam um maior envolvimento dos cidadãos no combate às alterações climáticas, são explicadas e enquadadas por Vítor Afonso. Junte-se à comunidade. No mês em que se comemora o Dia Mundial da Língua Portuguesa lembramos a “mãe dos poetas moçambicanos” Noémia de Sousa. As barreiras criadas pelo uso de máscara na equitação psicoeducacional, são explicadas por Sofia Magalhães, Psicóloga e Coordenadora no Projeto Autismo-EPE. Pela criativa lente de Tiago Ribeiro presentearmos os nossos olhos com este momento fotográfico. Cá dentro fomos descobrir a “quase” desconhecida Vila Flor, e lá fora uma cidade que procura virar a página, Berlim. Marco Neves revela-nos dez palavras portuguesas de origem catalã. Rogério Fernandes Ferreira destaca o que de mais importante em matéria fiscal nos trás este novo Orçamento de Estado. Philippe Fernandes apresenta caminhos possíveis para os empreendedores que tem necessidade de financiar os seus projetos. Só bons motivos de leitura. Até Junho.



Gilda Pereira
Diretora Adjunta

| AILD

AILD e Poder Local de Mãos Dadas

A ação da AILD tem sido no sentido de apoiar as comunidades portuguesas e lusodescendentes, procurando sempre estabelecer relações e laços com o território português, como é exemplo a criação de delegações da AILD nos países de acolhimento, pois, a ligação entre Portugal e as suas comunidades no estrangeiro deve constituir um eixo estruturante da política externa portuguesa.

Mas quando se fala de origem familiar, herança cultural e ligações identitárias, toda esta equação fica órfã se não incluir o poder local, se não incluir os municípios portugueses, que são o verdadeiro cordão umbilical das nossas comunidades ao território português.

Sensível a esta realidade, a AILD está de mãos dadas com os municípios portugueses, estando a programar e desenvolver iniciativas conjuntas, envolvendo as nossas comunidades portuguesas através da sua participação.

A AILD tem estado a apresentar o seu programa de



atividades e ajustando-o à participação dos municípios portugueses, que têm manifestando enorme interesse, sensibilidade e apoio, num trabalho conjunto e de parceria, contrariamente, às sete candidaturas efetuadas à DGACCP que inexplicavelmente não colheu o interesse e apoio em nenhuma delas, tornando o caminho, naturalmente, mais difícil, mas talvez a luz de que estamos no caminho certo.

A Associação Internacional dos Lusodescendentes, tem estado em contacto com diversos municípios, cuja retetividade tem sido imensa, proporcionando-se uma saudável relação de parceria, numa espécie de levar os municípios ao encontro dos seus “filhos da terra” que vivem fora do território português. Alguns mantêm uma

relação de proximidade e afetividade, outros é preciso cativar, seduzir e aproximar. Este interesse dos municípios da proximidade e laços ao território por parte das comunidades portuguesas tem um conjunto de fatores de enorme relevância para os municípios e seus territórios, nomeadamente, na captação de investimento, dinâmicas económicas, promoção, divulgação dos territórios e produtos de excelência e possibilidade de estímulo ao regresso, promovendo a fixação no território.

Finalmente, as iniciativas decorrentes do programa de atividades da AILD, desenvolvidas em parceria com os municípios portugueses, permite ainda trazer os emigrantes e lusodescendentes ao encontro dos territórios portugueses, através de programas concretos, de índole cultural, artística, empresarial e até enogastronómica, pois, segundo o Chefe Di Manno “A gastronomia é temperada com cultura e aromatizada com sabedoria”.

Existem diversas efemérides ligadas ao mês de maio, todas de grande importância, no entanto, o dia da Língua portuguesa é um dia especial para todas as comunidades que partilham esta nossa língua.

Esta ligação entre as comunidades lusófonas sai ainda mais reforçada, já que também é neste mês que se comemora o dia Internacional da família.

A AILD é a única Associação em Portugal, criada por lusodescendentes com o intuito de fortalecer a união entre as várias famílias de comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

Nessa altura a sede da AILD era a língua portuguesa e continua ainda a ser, com espaço para todos os que se quiserem juntar para ajudar a unir esta comunidade global.

Hoje, somos um pouco mais numerosos, estando visível uma parte destes associados no nosso portal aild.pt. A AILD têm presença em Portugal e nas comunidades portuguesas no exterior, nalguns casos a presença cresceu originando o aparecimento de delegações. Se o crescimento se manter a este ritmo, brevemente teremos delegação na Ásia, Oceânia, África e América.

As nossas portas estão escancaradas para receber novos membros, lusodescendentes e associações portuguesas espalhadas por esse mundo fora e a todos aqueles que se encontram de algum modo unidos à nossa língua.

A I L D

Braços Abertos

Exemplo destes últimos, é a quantidade de estrangeiros que têm participado no nosso evento “Portuguese in Translation Book Club” promovido pela delegação do Reino Unido. Gabriela Ruivo e a sua equipa, tem conseguido atrair um público relevante para conhecer autores e livros ligados à cultura lusófona.

Neste contacto com as comunidades portuguesas no exterior, temos tomado consciência da riqueza e quantidade de lusodescendentes que existem, e que apesar de muitos não terem cartão de cidadão ou passaporte português, sentem-se tão portugueses como os portugueses que vivem em Portugal. Aproveito para chamar a atenção para as obras literárias e

audiovisuais do nosso Diretor Ásia/Pacífico, Joaquim Magalhães de Castro, que tem realizado um trabalho notável na descoberta dessas comunidades portuguesas, muitas delas esquecidas por nós. Aliás o documentário que passou na RTP 2 no passado dia 19 de abril “No Reino do Dragão”, lembra-nos da capacidade dos portugueses que, não só por via marítima mas também por via terrestre, foram ao encontro de outros povos contribuindo para a fundação de novas comunidades portuguesas.

Hoje, a AILD quer contribuir para a descoberta destas comunidades e para a união de todas elas numa só grande comunidade. Junte-se a nós neste maravilhoso empreendimento.



Philippe Fernandes
Presidente da AILD

| AILD

Gabriela Ruivo Trindade

País de nascimento:
Portugal
País/Cidade onde
reside: Reino Unido
Londres



© Emanuel Ferreira

Gabriela Ruivo Trindade, Presidente do Conselho Cultural da AILD/Reino Unido, é uma escritora portuguesa que reside em Londres desde 2004. "Espécies Protegidas", uma coletânea de contos, é o seu mais recente livro publicado. Distinguida com o Prémio LeYa, em 2013, à boleia do romance de estreia "Uma Outra Voz", também distinguida com o PEN Clube Português Primeira Obra (ex-aequo) em 2015, Gabriela Ruivo Trindade conta ainda no seu portefólio com a publicação do conto infantil "A Vaca Leitora", em 2016, e do livro de poesia "Aves Migratórias", em 2019.



© Emanuel Ferreira

O que faz profissionalmente? Sempre foi a sua paixão?

Se considerarmos profissão como trabalho remunerado, essa pergunta é difícil de responder. Atualmente sou beneficiária de uma bolsa de criação literária da DGLAB e Ministério da Cultura, por isso pode dizer-se que estou a trabalhar num livro. Mas depois há muitos outros projetos que faço apenas por amor à literatura. A escrita sempre foi a minha paixão, sim. Escrevo desde os 8, 9 anos. Foi algo que sempre me acompanhou vida fora.

É possível viver só da venda dos seus livros?

Não. Hoje em dia, conta-se pelos dedos da mão quem consegue essa proeza.

Há quanto tempo vive no Reino Unido?

Faz dezoito anos em Dezembro.

Pensa regressar ao seu país de origem? O que sente falta de Portugal?

Há sempre o desejo de regressar, o problema é que, quando se emigra, dificilmente se regressa ao país que se deixou, pois a distância faz com que o país mude aos nossos olhos, e nós também mudamos em relação a ele. Quem emigra habita uma espécie de limbo, de fronteira. Passamos a ser estrangeiros no país onde habitamos e também no que deixámos. Então nunca se regressa verdadeiramente a esse país que era o nosso. O que mais sinto falta de Portugal é o sol, a comida e os amigos. O pão, principalmente.



© Emanuel Ferreira

O que menos gosta de Portugal?

Portugal é um país muito pequeno, não só no tamanho, mas na mentalidade social. Isso sente-se de forma mais evidente quando vivemos fora. Um país virado para o seu umbigo e com saudades do Império, uma forma, quem sabe, de compensar a pequenez atual. Claro que Portugal não é o único saudosista do “passado glorioso”, temos o exemplo do Reino Unido, onde esse saudosismo foi parte do mecanismo que levou ao Brexit. É impressionante a forma como os países ocidentais precisam de alimentar esse sentimento de grandiosidade perdida, não obstante os exemplos atuais do que o Imperialismo exacerbado pode produzir. Uma cisão entre o Imperialismo bom e o mau; o bom aquele que recordamos como uma época gloriosa de descoberta de novos mundos. Esquece-se, ou omite-se, que a conquista implica apropriação, saque, chacina e outros crimes hediondos. Portugal foi um dos maiores traficantes de escravos, senão o maior, e ainda hoje não é capaz de ter um discurso nem uma ação que se reflita na consciência desse passado. O que impera é a negação desse passado e a glorificação de um delírio coletivo.

Desafios e projetos para 2022? Quais os projetos que pretende desenvolver na AILD?

Para além do livro que estou a escrever, tenho os Mapas do Confinamento, um projeto que desenvolvi com o Nuno Gomes Garcia, outro escritor português e associado da AILD. Os Mapas pretendem unir, através da arte e da literatura, os diversos territórios de língua portuguesa na criação de obras artísticas que sirvam como memória futura da realidade da pandemia. Somos cerca de 150 artistas oriundos do Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde. Temos uma revista online, um livro de contos e crónicas publicado pela editora Visgarolho em Portugal, e várias parcerias (Dias Úteis Podcast, Fundação Calouste Gulbenkian, Universidades de Oxford, Jean Monnet de Saint-Étienne e Estudos Estrangeiros de Pequim, com vista à tradução para inglês, francês e chinês, respetivamente). Na AILD, inaugurámos o PinT – Portuguese in Translation – Book Club, um clube do livro com o objetivo de divulgar e promover a literatura em língua portuguesa junto do público anglo-saxónico. De dois em dois meses, discutimos um livro de um autor de língua portuguesa traduzido para o inglês, com a presença do au-



© Emanuel Ferreira

tor e do tradutor. A primeira sessão foi no fim de Março, sobre Marrom e Amarelo do escritor brasileiro Paulo Scott (Phenotypes, tr. Daniel Hahn, publicado por And Other Stories em 2022), e correu muitíssimo bem. A segunda será em Maio, dia 19, com o autor português Afonso Cruz e o tradutor Rahul Bery, sobre a obra A Boneca de Kokoschka (Kokoschka's Doll, MacLehose Press 2021).

Porque se tornou associada da AILD?

A AILD parece-me uma associação com bastante potencial para construir pontes entre as diferentes comunidades de língua portuguesa. Quando fui convidada para presidir a equipa cultural do Reino Unido, não tive dúvidas de que se tratava de uma iniciativa com potencial transformador, integrada no movimento de internacionalização que a AILD pretende levar aos quatro cantos do globo com o objetivo de expandir a sua ação a todos os territórios de língua portuguesa. Este objetivo veio ao encontro das minhas próprias metas e aspirações em relação a outros projetos, pelo que fez todo o sentido uni-los e concretizá-los num propósito comum.

Considera que a rede internacional que a AILD está a criar pode ser de grande ajuda para os escritores e artistas em geral?

A rede tem bastante potencial para isso, e esse, claro, é um dos nossos grandes objetivos. Precisamos de uma ligação

mais eficaz entre os artistas que vivem fora e dentro dos seus países de origem, no sentido de mais conhecimento e comunicação, troca de experiências, iniciativas comuns. Precisamos de trabalhar em conjunto, unir esforços, ajudar-nos mutuamente.

Uma mensagem para as comunidades lusófonas.

Prefiro o termo comunidades de língua portuguesa porque, no fundo, é isso que nos une: a língua. Somos países, territórios e culturas diferentes que falam português, ainda que esse português se expresse em sotaques e variantes diversas. A nossa língua é uma das maiores riquezas patrimoniais de que dispomos, e deveria ser um veículo promotor de aproximação e sentimento de pertença entre os vários povos que a falam. Esse também é um dos meus objetivos enquanto membro da AILD: a tentativa de superar fronteiras dentro desse vasto território que é a língua portuguesa para que, juntos, possamos celebrá-la e enriquecê-la continuamente, assim como as várias expressões artísticas que se alimentam do seu amplo esplendor cultural e patrimonial.

A minha mensagem vai nesse sentido: celebremos a nossa língua na sua diversidade cultural e artística, usemo-la como ferramenta de união e solidariedade, construção e comunicação, desenvolvimento e prosperidade. E não baixemos os braços perante os muros que teimem em atravessar o nosso caminho.



GRANDE ENTREVISTA

RUI PENA PIRES E INÊS VIDIGAL

OBSEVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO

O Observatório da Emigração iniciou atividade em 2009. Em 13 anos, já investigou, documentou e publicou centenas de informações especializadas relativas a portugueses no estrangeiro, à emigração portuguesa e às comunidades portuguesas. Para esta edição da Descendências Magazine, estivemos à conversa com Rui Pena Pires, professor e investigador, e Inês Vidigal, assistente de investigação no Observatório da Emigração, que em entrevista nos deram a conhecer a atual realidade e características da emigração portuguesa e das populações portuguesas emigradas.



© Tiago Araújo

O Observatório da Emigração é uma estrutura técnica e de investigação independente integrada no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Iscte, onde tem a sua sede. Criado em 2009, tem vindo a desenvolver um trabalho meritório de investigação sobre a evolução e as características da emigração portuguesa e das populações portuguesas emigradas. Poderíamos começar a nossa conversa por conhecer um pouco melhor o Observatório da Emigração e quais as bandeiras que o têm guiado ao longo dos anos?

Rui Pena Pires – Há muito que se sentia a necessidade de criar um organismo que produzisse informação fiável sobre a emigração portuguesa. Porquê? Porque, felizmente, não há hoje estatísticas oficiais sobre a saída de portugueses para a emigração. Antes do 25 de Abril havia estatísticas porque não havia liberdade para se sair do país. Havia, recorde-se, um passaporte específico para emigrar. Claro que quando milhares de portugueses, nos últimos anos do Estado Novo, se viram obrigados a fugir clandestinamen-





te do país, por não serem autorizados a fazê-lo de outra forma, as estatísticas da emigração tiveram que passar a integrar estimativas daquele movimento de saída, que não estava registado em Portugal. Hoje temos liberdade para sair do país sem precisar para tal de autorização do Estado. E, por isso, não há, como dizia, estatísticas oficiais sobre a emigração de Portugal. A questão não é especificamente portuguesa. Há, nas migrações internacionais, uma assimetria fundamental. O direito de sair do país em que se reside está hoje estabelecido como liberdade individual fundamental. Pelo contrário, a entrada num país que não o de nacionalidade continua a depender da vontade soberana dos estados nacionais. Consequentemente, em regra, não há registos administrativos de saídas (emigração) mas apenas de entradas (imigração). Estimar e caracterizar a emigração de um país requer pois que se compilem os dados sobre a entrada e permanência dos emigrantes nos países de destino. Compilar e, na medida do possível, harmonizar aqueles dados é o primeiro objetivo do Observatório da Emigração, criado em 2008 com esse mesmo propósito. Nesse ano, foi assinado um protocolo que instituiu o Observatório como uma parceria entre o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Iscte e a Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas. Em 2016, o Observatório passou a ser uma estrutura de investigação independente, integrada no CIES-Iscte e apoiada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, nos termos de um acordo de cooperação. Nessa mesma data passou a funcionar com base numa parceria entre quatro instituições universitárias de investigação: o CIES-Iscte, que assegura a coordenação da parceria, o Centro de Estudos Geográficos, o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações e o Instituto de Sociologia do Porto. Desde o início, independentemente das parcerias envolvidas no funcionamento do Observatório, este teve três objetivos centrais. O primeiro, já referido, recolher, harmonizar e analisar informação sobre a evolução e as características da emigração portuguesa, nomeadamente através da recolha de dados junto das instituições estatísticas dos países

de destino da emigração. O segundo, divulgar pública e gratuitamente toda aquela informação, em particular junto de investigadores, estudantes, decisores políticos e jornalistas. O terceiro, contribuir para a definição e avaliação de políticas públicas de emigração baseadas em informação e conhecimento. Também desde o início da sua atividade, foi definido que todos os dados compilados pelo Observatório e todas as suas atividades deveriam ser de acesso fácil e livre através de uma página web regularmente atualizada. A escolha da via digital não só permitiu atingir um público mais vasto com menos custos como, em particular, viabilizou o acesso aos resultados do trabalho do Observatório por todos os emigrantes portugueses espalhados pelo mundo.

A dispersão dos dados sobre a emigração portuguesa, produzidos por instituições estatísticas de dezenas de países, nas línguas nacionais, muitas vezes não disponíveis ao público ou mesmo não apurados, torna muito difícil o acesso individual rápido à informação relevante. De que forma, através da sua atividade, o Observatório da Emigração consegue remover as dificuldades assinaladas?

Inês Vidigal – Como se disse, um dos principais objetivos do Observatório da Emigração é a recolha, organização, sistematização e divulgação da informação estatística que se encontra espalhada por diversas fontes. O Observatório trabalha diretamente com os institutos de estatística nacionais de destino da emigração portuguesa, assim como com organismos internacionais que produzem informação sobre o tema – Eurostat, OCDE, ONU –, no sentido de dar a conhecer os dados mais precisos, atuais e fiáveis sobre a emigração portuguesa. Muitas vezes, como assinalou, os dados não estão disponíveis ao público ou não foram sequer apurados. Quando não estão disponíveis, trabalhamos com as instituições responsáveis para os tentar obter, eventualmente comprando os dados de que necessitamos. Quando não foram sequer apurados usamos, sempre que possível, estimativas feitas por organismos internacionais, como a ONU.



© Tiago Araújo

O Observatório da Emigração nasceu com três objetivos fundamentais. Recolher, harmonizar e analisar informação sobre a evolução e as características da emigração portuguesa e das populações portuguesas emigradas tem sido uma das suas principais missões. Perante isto, presentemente, qual o retrato da emigração portuguesa?

Inês Vidigal – De acordo com as novas estimativas das Nações Unidas, relativas a 31 de dezembro de 2019, o número de emigrantes nascidos em Portugal era um pouco superior aos dois milhões e seiscentos mil, valor 7% superior ao estimado pela mesma fonte para 2015. Mantém-se a tendência para a concentração da emigração portuguesa na Europa. Em termos de stock, e de acordo com estas estimativas, Portugal continua a ser, em termos acumulados, o país da União Europeia com mais emigrantes em proporção da população residente (considerando apenas os países com mais de um milhão de habitantes). O Observatório iniciou, em 2021, a recolha e divulgação de dados de

mográficos básicos anuais sobre os fluxos e stocks da emigração portuguesa, de momento apenas disponíveis para um pequeno número de países de destino. A análise dos dados sobre a estrutura etária dos emigrantes portugueses residentes (stock) em 14 dos principais países de destino, em 2020 ou anos próximos, permite desde já confirmar a consolidação das diferenças observadas nos últimos censos, de 2000/01 e de 2010/11, entre países da nova e da velha emigração. Particularmente importante é o contraste entre o envelhecimento da população emigrada nos países de destino da emigração mais antiga, como França, e nos países de emigração mais recente, como o Reino Unido. Os dados não são totalmente comparáveis, por falta de harmonização dos grupos de idade, mas dão uma boa ideia dos contrastes em causa: no caso de França, os emigrantes com mais de 55 anos representavam, em 2018, mais de 48% do número total de emigrantes portugueses a residir no país, enquanto no caso do Reino Unido a percentagem de emigrantes com mais de 65 anos era mínima, da ordem dos



© Tiago Araújo

2.5%, em 2020. Para uma visão mais global da composição sociodemográfica da população portuguesa emigrada continua, porém, a ser necessário recorrer aos últimos censos publicados. Como já foi assinalado em relatórios publicados pelo Observatório anteriormente, e de acordo com os dados disponíveis para o conjunto dos países da OCDE, relativos aos censos de 2000/01 e 2010/11, a população portuguesa emigrada encontra-se em envelhecimento e continua a ser maioritariamente composta por ativos pouco qualificados. O grupo etário dos portugueses emigrados com mais de 64 anos passou, nos países da OCDE, de 9% para 17%, entre 2001 e 2011. A par com o predomínio de ativos com baixas e muito baixas qualificações escolares, observa-se também um crescimento significativo da proporção dos mais qualificados: a percentagem de portugueses emigrados com formação superior a residir nos países da OCDE praticamente duplicou entre 2001 e 2011, passando de 6% para 11%, aumento que acompanhou o crescimento do número de ativos com formação superior na população portuguesa a residir no país.

Ao longo das décadas foram sendo registados picos migratórios, como o ocorrido entre 1969 e 1973. A procura por melhores condições de vida levava milhares de pessoas a encontrar no estrangeiro a única solução de futuro. Qual a dimensão e características dos novos movimentos de emigração portuguesa?

Rui Pena Pires - Sendo Portugal um dos países menos desenvolvidos da Europa, e estando integrado numa zona de livre circulação, existe sempre um potencial elevado de emigração, em especial para outros países europeus. Esse potencial tende a concretizar-se sempre que existem tendências para a estagnação económica e a menor criação de emprego, como aconteceu desde o início deste século. Em períodos de crise, e não apenas de estagnação, a emigração tem variações muito acentuadas, podendo registar grandes crescimentos abruptos, picos, como aconteceu entre 2011 e 2013. Neste último ano saíram de Portugal mais de 120 mil pessoas, valor que só tem paralelo com o pico de finais dos anos 1960, início dos 70. Neste século XXI terão



© Tiago Araújo

emigrado de Portugal, em média, mais de 80 mil pessoas por ano. A emigração cresceu mais lentamente entre 2001 e 2007, reduziu-se entre 2008 e 2010, cresceu acentuadamente entre aquele ano e 2013, quando chegou, como se disse atrás, às 120 mil saídas, desceu desde então para um patamar da ordem das 70 mil pessoas e caiu estrondosamente em 2020, para valores do início do século, da ordem das 40 mil pessoas por ano. Por detrás de cada uma destas variações estão acontecimentos específicos. A crise financeira de 2008 que, por ser global, não permitiu que a emigração fosse uma resposta viável aos efeitos económicos do

colapso financeiro – e, por isso, naquele tempo diminuiu a emigração de Portugal e diminuíram as migrações internacionais em geral. A chamada crise das dívidas soberanas que se seguiu, por ser assimétrica, isto é, por ter abrangido sobretudo os países do sul da Europa, enquanto os restantes retomavam uma trajetória de crescimento económico, não só viabilizou como se constituiu em incentivo a uma forte emigração. E, finalmente, a crise pandémica da covid, associada à consumação do Brexit, explica a grande queda da emigração em 2020. A queda da emigração portuguesa e de praticamente todas migrações internacionais. Ao longo



© Tiago Araújo

do século XXI, a estas variações correspondeu também uma variação dos destinos principais da emigração. No início do século, até 2007, Espanha passou a ser o destino principal da emigração portuguesa. Depois, e até ao Brexit, o Reino Unido substituiria a Espanha enquanto destino número um da emigração. Com o Brexit, retomaram a sua posição como destinos mais importantes França, Suíça e Espanha. Num segundo patamar de importância como destino migratório, refira-se o trio de países do Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo), para os quais tem crescido de modo continuado a emigração portuguesa nos últimos anos. É ainda cedo para se saber a resposta das migrações à pós-pandemia, agora marcado por uma nova incerteza decorrente da guerra na Ucrânia.

A nova emigração portuguesa é abundante, variada e com percursos diversos. Quem são os emigrantes portugueses de agora e o que os leva a sair do país?

Rui Pena Pires – É uma emigração que, como sempre em Portugal no pós II Guerra Mundial, tende a ser constituída maioritariamente por ativos jovens que procuram fora emprego, melhores salários e, sobretudo quando mais qualificados, melhores condições de carreira. Quando se analisa a relação do volume da emigração com os principais agregados macroeconómicos, a variável que aparece mais associada à emigração, e também à imigração, é a taxa de emprego (e de desemprego). Ao longo do século XXI, a evolução da emigração esteve quase sempre negativamente correlacionada com a taxa de emprego e positivamente correlacionada com a taxa de desemprego. As mesmas dinâmicas do mercado de trabalho que favoreceram a emigração dificultaram a imigração. A simetria foi quase perfeita, diminuindo a imigração à medida que a taxa de desemprego crescia e aumentando quando subia a taxa de emprego. É importante sublinhar que o grande problema de Portugal não é tanto o facto de ter períodos de elevada emigração, mas a sistemática coincidência entre taxas de



© Tiago Araújo

emigração elevadas e taxas de imigração baixas. Nessas alturas, as migrações internacionais em Portugal em vez de contribuírem para atenuar uma demografia recessiva ampliam-na. Porque, como vimos, os mesmos fatores que contribuem para aumentar a emigração contribuem também para diminuir a imigração. Dito isto, importa referir duas coisas mais: a maior emigração hoje de jovens qualificados, muito associada ao crescimento das qualificações entre a população portuguesa, por um lado, e a diversidade dos fluxos migratórios para diferentes países. Em regra, a emigração portuguesa para os destinos mais tradicionais

continua a ser composta por ativos com baixas qualificações escolares, como a que se dirige para França, e os jovens mais qualificados tendem a emigrar sobretudo para os novos destinos, como o Reino Unido.

Portugal é identificado como um dos países europeus onde a fuga de “cérebros” tem sido mais acentuada ao longo dos últimos anos. Verifica-se a emigração de uma população cada vez mais qualificada, essencialmente para países como o Reino Unido. A tendência é para que este crescimento se mantenha?



© Tiago Araújo

Inês Vidigal – Como já referimos, o Reino Unido foi, até ao Brexit, o principal destino da emigração portuguesa, com muitos portugueses qualificados a escolherem este destino. Mas com as restrições à imigração impostas pelo Brexit, e a consequente saída do país da União Europeia, é expectável que a emigração portuguesa para o país possa continuar a diminuir substancialmente. Resta saber se os portugueses mais qualificados continuarão a tentar emigrar para o Reino Unido ou se irão juntar-se aos que já partem para outros destinos, como é o caso dos países nórdicos.

Já não há troika nem cortes salariais e a geração “à rasca” foi arranjando forma de se virar. Mas, dez anos depois, o emprego, as oportunidades e, sobretudo, a habitação continuam a ser um fantasma na vida de quem é jovem. Fazendo aqui um paralelismo ao clássico filme dos irmãos Coen, podemos afirmar que “Este país não é para jovens”?

Rui Pena Pires – Portugal não se transformará de repente num dos países mais desenvolvidos da Europa e terá, por isso, tendência para ser um país de emigração. O volume da emigração poderá no entanto descer com um desenvolvimento mais acelerado do país, o que se traduzirá também numa maior capacidade de atração de imigrantes.

Recentemente, notícias deram conta que as maiores remessas das comunidades portuguesas são de países onde há mais tempo existem mais emigrantes e não dos novos fluxos, protagonizados por jovens para quem o projeto emigratório não passa por estas transações. Podemos afirmar que há diferenças entre os objetivos das remessas do passado e hoje?

Inês Vidigal – Sim, existem objetivos diferentes, mas também a nova geração de emigrantes está melhor informada e



já não depende tanto das remessas para atingir os seus objetivos. No estudo “Experiências e expetativas de regresso dos novos emigrantes portugueses: reintegração e mobilities” – financiado pela FCT, que está a ser desenvolvido pelo Instituto Politécnico de Leiria, pela Universidade de Coimbra e pelo Iscte – dos 2,349 emigrantes portugueses inquiridos sobre o envio de remessas e/ou investimentos em Portugal nos últimos cinco anos, 48.4% afirmava não ter nem enviado remessas nem ter feito investimentos no país, um dado bastante revelador das diferentes práticas das novas gerações. As gerações mais antigas transferiam mais dinheiro para Portugal porque esta era a forma de se sentirem confiantes com a aplicação das suas poupanças. As gerações mais recentes, mais informadas e familiarizadas sobre o funcionamento do sistema bancário europeu, não sentem a mesma necessidade de associar poupanças com remessas.

A falta de incentivos dentro da zona euro poderá explicar a falta de transferências dos novos fluxos de emigrantes?

Inês Vidigal – Sim, uma vez que existe um sistema bancário europeu o incentivo para o envio de remessas pode diminuir. Contudo, importa sublinhar que as novas gera-

ções não emigram com os mesmos objetivos das gerações anteriores, o que também influenciará o possível envio de remessas.

As relações que os novos emigrantes mantêm com o país de origem, também designado por transnacionalismo migrante, pode também ser um indicador a analisar no que diz respeito ao envio de remessas?

Rui Pena Pires – Bem, as remessas costumam ser consideradas como uma das componentes do transnacionalismo. Mais importante deverá ser o facto de migrações no interior da União Europeia, e por maioria de razão na zona euro, serem hoje vividas como migrações menos internacionais, quase um pouco como migrações internas. Um português que hoje emigra para outro país da União Europeia é um migrante menos internacional do que no passado, porque a sua condição de estrangeiro se encontra mitigada. Objetiva e subjetivamente.

Em finais de 2021 notícias davam conta de que há cada vez mais portugueses a pedirem a nacionalidade luxemburguesa. Falamos, sobretudo, dos novos fluxos, protagonizados por jovens, ou a realidade é mais heterogénea?



© Tiago Araújo

Inês Vidigal – Os dados oficiais do Ministério da Justiça Luxembuguês apontam para uma quebra das aquisições de nacionalidade por portugueses em 2019 e 2020, aumentando 16% em 2021, com 1,141 portugueses a adquirirem a nacionalidade luxemburguesa. Apesar deste aumento em 2021, o número de portugueses a pedir a nacionalidade no Luxemburgo é ainda inferior aos valores de 2018. Os dados oficiais não oferecem uma caracterização demográfica dos requerentes de nacionalidade, pelo que, não é possível afirmar se são ou não os mais jovens a fazer esta mudança. De qualquer forma, o aumento do número de aquisições de nacionalidade observado a partir de 2009 deve-se menos a mudanças na emigração portuguesa para o Luxemburgo e mais à mudança na lei da nacionalidade deste país, que anteriormente dificultava muito as naturalizações devido à sua maior orientação pelos princípios do direito de sangue.

Nunca houve tantos portugueses a emigrar para a Dinamarca. Segundo dados da Denmark Statistik, em 2021 entraram na Dinamarca 1609 portugueses, que representaram 2,2% dos 73.274 estrangeiros que entraram no país nesse ano. Quais as principais motivações por detrás desse aumento consecutivo do número de portugueses que entraram em território dinamarquês?

Inês Vidigal – É difícil explicar o facto de a emigração para a Dinamarca ter aumentado, acelerando-se mesmo o crescimento ininterrupto para este destino desde 2017, e tendo-se atingindo o máximo histórico de entradas de portugueses no país em 2021. Por um lado, durante os anos da troika em Portugal os países nórdicos começaram a ser mais procurados pelos portugueses, podendo ter-se estabelecido redes que facilitam novas emigrações. Por outro lado, as restrições à pandemia do covid-19 na Dinamarca foram menos constrangedoras da mobilidade do que outros destinos mais típicos, o que pode ter levado a uma maior facilidade de emigração de portugueses.

Em 2020, cerca de 70% dos emigrantes permanentes (que não pretendem voltar para Portugal) tinham até 34 anos e pouco mais de 50% dos emigrantes temporários tinham a mesma idade, segundo o INE. Quais as principais motivações por detrás desta migração definitiva?

Inês Vidigal – Em termos estatísticos, quando nos referimos a emigrantes permanentes, referimo-nos a uma emigração superior a um ano, o que está longe de ser definitiva ou de significar que não pretendem voltar a Portugal. A dis-



© Tiago Araújo

tinção entre migrantes permanentes e temporários é, nas nossas estatísticas, pouco fiável, o que aconselha prudência na interpretação destes dados.

Em contrapartida, muitos são os portugueses, que após décadas emigrados, começaram a regressar ao seu país. Quais são, atualmente, os fatores mais apontados como motivos para voltar ao nosso país?

Rui Pena Pires – O regresso é um fenómeno permanente na nossa emigração. Uma parte dos emigrantes portugueses regressam ao fim de alguns anos, podendo alguns eventualmente voltar a emigrar para o mesmo ou para outro país. Na primeira década do século XXI, regressaram a Portugal, em média, cerca de 20 mil emigrantes por ano. Regressa-se por muitas razões: porque falhou o projeto migratório, porque se esgotaram os objetivos desse projeto, porque se entrou numa nova fase do ciclo de vida, porque se alteraram as vantagens da emigração, porque o país que se deixou ganhou atratividade... Há já estudos de casos sobre o regresso que dão conta da variedade destas razões, falta-nos um estudo extensivo com dados estatisticamente representativos da população emigrada que permita responder à pergunta.

Hoje, torna-se imperativo criar uma política virada para os portugueses que emigraram, mas também para todos aqueles que regressam ao seu país de origem?

Rui Pena Pires – Hoje precisamos, sobretudo, de olhar para a emigração não como uma desgraça para Portugal mas como um recurso novo que pode ajudar o desenvolvimento do país. Emigrar não é apenas sair, é criar um novo canal relacional entre origem e destino no qual podem circular informação e recursos. Precisamos, pois, de aprofundar as políticas de diáspora e, em particular, constituir as políticas de diáspora em políticas de desenvolvimento.

Portugal é também “casa” de muitos imigrantes, que encontram no nosso país uma nova janela de oportunidades. Em 2021, mais 109 mil imigrantes obtiveram a autorização de residência. Portugal tem, agora, 771 mil cidadãos estrangeiros a residir no país, um valor nunca antes alcançado. Quais os principais fatores por detrás deste crescimento?

Rui Pena Pires – Como referimos atrás, a imigração subiu em Portugal pelas mesmas razões porque desceu a emigração depois de 2013: retoma do crescimento económico e, sobretudo, do crescimento do emprego. Dissemos que



© Tiago Araújo

Portugal é um dos países menos desenvolvidos da Europa e, por isso, tem um potencial de emigração relativamente elevado. Mas Portugal é, apesar desta posição relativa na Europa, um dos países do mundo com mais elevado desenvolvimento humano, o que significa que tem, também, um elevado potencial de atração imigratória. Com crescimento económico Portugal pode ser, simultaneamente, país de emigração, ainda que menos intensa, e de imigração, uma articulação virtuosa que já se verificou nos anos 90 do século XX. E que acontece hoje também noutras países europeus, com o mesmo efeito virtuoso.

Fruto da guerra entre a Rússia e Ucrânia, Portugal recebeu nas últimas semanas mais de 10 mil refugiados. Atualmente, a Ucrânia é o terceiro país com mais emigrantes em Portugal. Que impacto poderá ter esta vaga no tecido demográfico português?

Rui Pena Pires – Se os refugiados ucranianos que hoje chegam a Portugal, em que os jovens estão sobre-representados, se transformarem em novos emigrantes permanentes, poderão contribuir para contrariar, ainda que apenas parcial e limitadamente, as tendências para o envelhecimento da população portuguesa.



O "Moçambique" levou o meu avô em 1952

MIGRAÇÕES

A herança migratória da minha família...

Tudo começou em 1952, quando o meu avô materno, decidiu imigrar para Angola. Fê-lo porque trabalhava para o seu sogro e um dia desentendeu-se com ele, tinha o desejo de deixar a Beira Alta e rumar para sul. Esteve indeciso entre Angola e o Brasil, mas como tinha um tio em Angola resolveu optar por Luanda e pedir-lhe uma carta de chamada. Decidiu deixar a minha avó e a minha mãe (na altura com 7 meses)

e comprar uma passagem para Angola, em 2.ª classe, no Barco Moçambique. O intuito era começar a trabalhar e arranjar condições para que a família se pudesse juntar a ele assim que possível. No dia 1 de Julho de 1952 o meu avô Freitas desembarcou em Angola... como tinha ouvido dizer que era o tempo do fresco (e não conhecia o clima dos trópicos) resolveu vestir o fato do dia de casamento para desembarcar, completando

a vestimenta com um chapéu preto e sapatos de polimento. Quando desembarcou toda a gente teve a impressão que ele era um diplomata e todos o vieram saudar.

Depressa se apercebeu que o tempo fresco era, ainda assim, quente e abafado... e começou a transpirar pois o fato era de Inverno (havia casado com a minha avó em Fevereiro).

O meu avô arranjou um trabalho como



Avó, pai e tio



Documentos da época



O casamento por procuraçāo

comerciante numa loja na província do Kwanza Norte, mais propriamente no Gulungo Alto. Poucos meses depois conseguiu com que a minha avó e mãe se juntassem a ele, e elas chegaram a Luanda na véspera do primeiro aniversário da minha mãe, que puderam já festejar em família.

Entretanto, o meu avô criou o seu próprio negócio – uma loja “completa” onde vendia desde produtos de mercearia e drogaria, roupa e calçado, e até um espaço para bar onde servia refrescos e alguns snacks. Não muito tempo depois tinha a sua própria fazenda de café e adquiriu ainda uma quinta onde fazia a lavagem, secagem e venda de café. Tornou-se um verdadeiro empreendedor do comércio local devido aos contactos que estabeleceu, fruto do seu carisma e carácter magnetizante, reconhecidos por todos ainda hoje.

Por outro lado, a minha avó paterna ficou viúva quando o meu pai e o meu tio tinham apenas 5 e 4 anos de idade, respetivamente. Sem saber bem o que fazer com tamanho desgosto e com duas crianças pelas mãos, a minha avó Maria, que sempre foi corajosa e independente, resolveu lançar-se numa aventura e rumar a sul na esperança de atenuar a dor e dar um futuro melhor aos seus filhos. Em 1962 desembarcaram os 3 em Luanda no navio Pátria. Rapidamente a minha avó arranjou emprego como administrativa nos serviços de Geologia e Minas em Luanda, cargo que manteve até à data da independência de Angola. Em 1973, tinha a minha mãe com 21 anos quando conheceu o meu pai, na altura com 17 anos. Começaram a namorar e um ano depois deu-se a independência de Angola. A minha mãe veio para Portugal na ponte área com

os meus avós e o seu irmão mais novo. O meu pai, teimoso e que dizia não ter afinidade nenhuma com a metrópole resolveu ficar em Luanda, sozinho e à revelia de toda a família.

Em tempos de grande confusão os meus pais estiveram sem se ver e praticamente sem saberem um do outro durante um ano. O meu pai não queria deixar Angola e tinha medo de sair e não o voltarem a deixar entrar no país. Mas o Amor falou mais alto e decidiram casar para que a minha mãe se pudesse juntar a ele.

Assim, em 8 de Agosto de 1976, os meus pais casaram por procuraçāo, uma vez que se encontravam em continentes diferentes. A minha mãe foi levada ao altar pelo seu pai, meu avô Freitas, que, entretanto, deixou para trás a fazenda de café e os seus outros negócios, mas apoiou sempre a decisão dos meus pais.



O reencontro dos meus pais



Luanda anos 70



Eu e a minha infância nos trópicos

Quando regressou a Luanda, em Setembro de 1976, a minha mãe vestiu-se de noiva e o meu pai pôs o seu melhor fato para tirarem as fotos que supostamente deveriam ter sido tiradas na cerimónia.

Permaneceram em casa dos meus avós maternos e pouco conseguiram reaver daquilo que outrora lhes pertencera. Em 1980, em plena guerra civil de Angola, nasci eu! Nasci em Lisboa mas fui para Luanda com 4 meses de idade e por lá permaneci até à minha adolescência,

altura em que decidi vir estudar para Portugal.

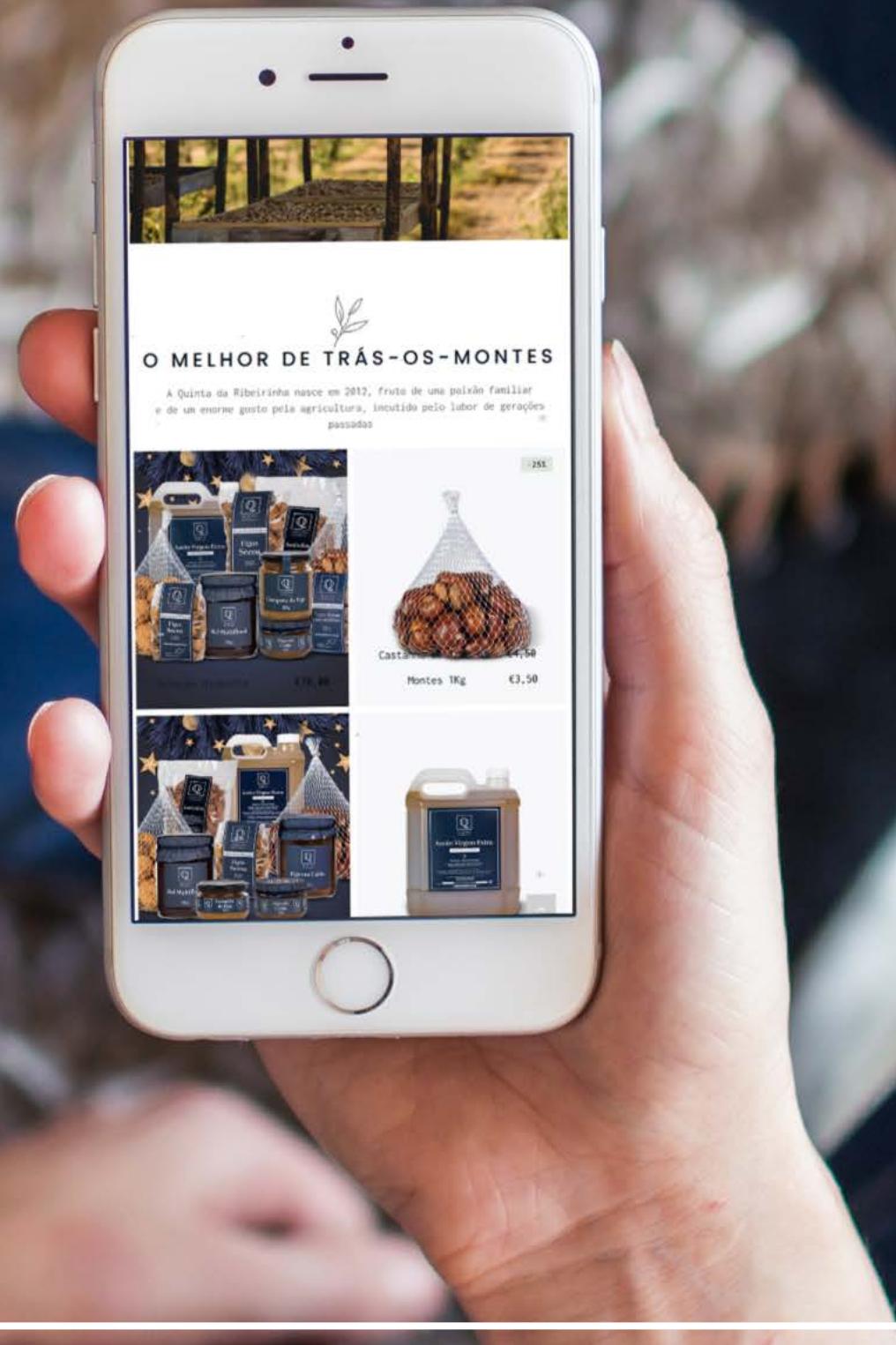
Cresci com acesso a 2 culturas diferentes o que me enriqueceu bastante e sinto-me, ainda hoje, perfeitamente adaptada a cada uma delas. Por vezes, não sei se sou imigrante em Portugal ou se o fui em Angola. Apenas sei que amo os 2 países como sendo meus, o que me viu nascer e onde hoje vivo, e o país onde cresci a aprendi valores que muito prezo como a tolerância, a solidariedade e a resiliência!

No fundo, foi toda esta história, que é a minha, mas que poderia ser a de tantas outras famílias, que começou em 1952 e que fez de mim o que sou hoje, fruto do legado das migrações dos meus antepassados, que me inspirou a criar a Ei! uma empresa voltada para as questões migratórias e que tem como missão agilizar e simplificar a vida de quem, tal como os meus, pretendem mudar de país.



Gilda Pereira
CEO Ei! Assessoria Migratória

QUINTADARIBEIRINHA.PT





CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Comunidades Portuguesas e aumento da representação no Parlamento: Uma questão de elementar respeito e justiça

Nas recentes Eleições Legislativas, se ignorarmos o inenarrável episódio da anulação e repetição da votação na Europa, atingiu-se um marco muito importante: mais de 250 mil votos nos círculos eleitorais fora de Portugal.

É certo que, num universo de cerca de milhão e meio de inscritos, há ainda um longo e árduo caminho a percorrer, mas é inegável que os cidadãos Portugueses residentes no estrangeiro começam, finalmente, a contrariar a crónica falta de cultura de participação cívica que, global e tradicionalmente, nos caracteriza.

Para que este movimento continue na direção certa – e até mesmo que se acelere nesse sentido, será vital que as Comunidades Portuguesas assumam, elas próprias, a importância de exercerem o seu dever cívico e de cidadania.

Este esforço tem, no entanto, que ser obrigatoriamente acompanhado por um trabalho sistemático, de longo prazo e que articule não só as ‘forças vivas’ entre as comunidades (Conselheiros, Associações, Câmaras de Comércio, etc), mas também assumido por todos os órgãos de soberania em Portugal, os seus representantes diretos espalhados pelo Mundo e o próprio sistema político-partidário Português. Aos órgãos de soberania, em especial à Assembleia da República, cabe uma particular responsabilidade em, por um lado, eliminar as várias barreiras e inconsistências impostas a quem está fora de Portugal – e que efetivamente fun-

cionam, para muitos, como um travão ao voto, e, por outro, reconhecer que ter os nossos ‘acantonados’ representantes eleitos para o Parlamento – mesmo sendo um deles agora a segunda figura do Estado Português, inalterados há décadas deixou de ser sustentável.

Por uma questão de elementar justiça e, acima de tudo, de respeito para com os cidadãos Portugueses residentes no Estrangeiro, é inadiável um aumento do número de Deputados que representam a larga Diáspora Portuguesa espalhada pelo Mundo. A manutenção, parada no tempo, dos atuais quatro é a representação cabal do imobilismo do Legislador nesta matéria.

Nesta longa legislatura que agora se iniciou, rapidamente se irá constatar se há – ou não, a mais que necessária coragem, vontade ou capacidade política para concretizar as mudanças que se impõem, quer a nível legislativo, quer num consequente reconhecimento do peso que os círculos eleitorais da Europa e Fora da Europa passaram a ter – e que se acentuará ainda mais ao longo dos próximos anos.

Acabou o tempo da retórica fofinha, mas largamente vazia, para com as Comunidades Portuguesas. O tempo, agora, é de agir e concretizar. Seria bom que os decisores políticos em Portugal assumissem verdadeiramente esta nova realidade e agissem em conformidade. Haja justiça. Haja respeito.



Sérgio Tavares
Conselheiro das Comunidades Portuguesas

OS MEDIA DE LÍNGUA PORTUGUESA PELO MUNDO

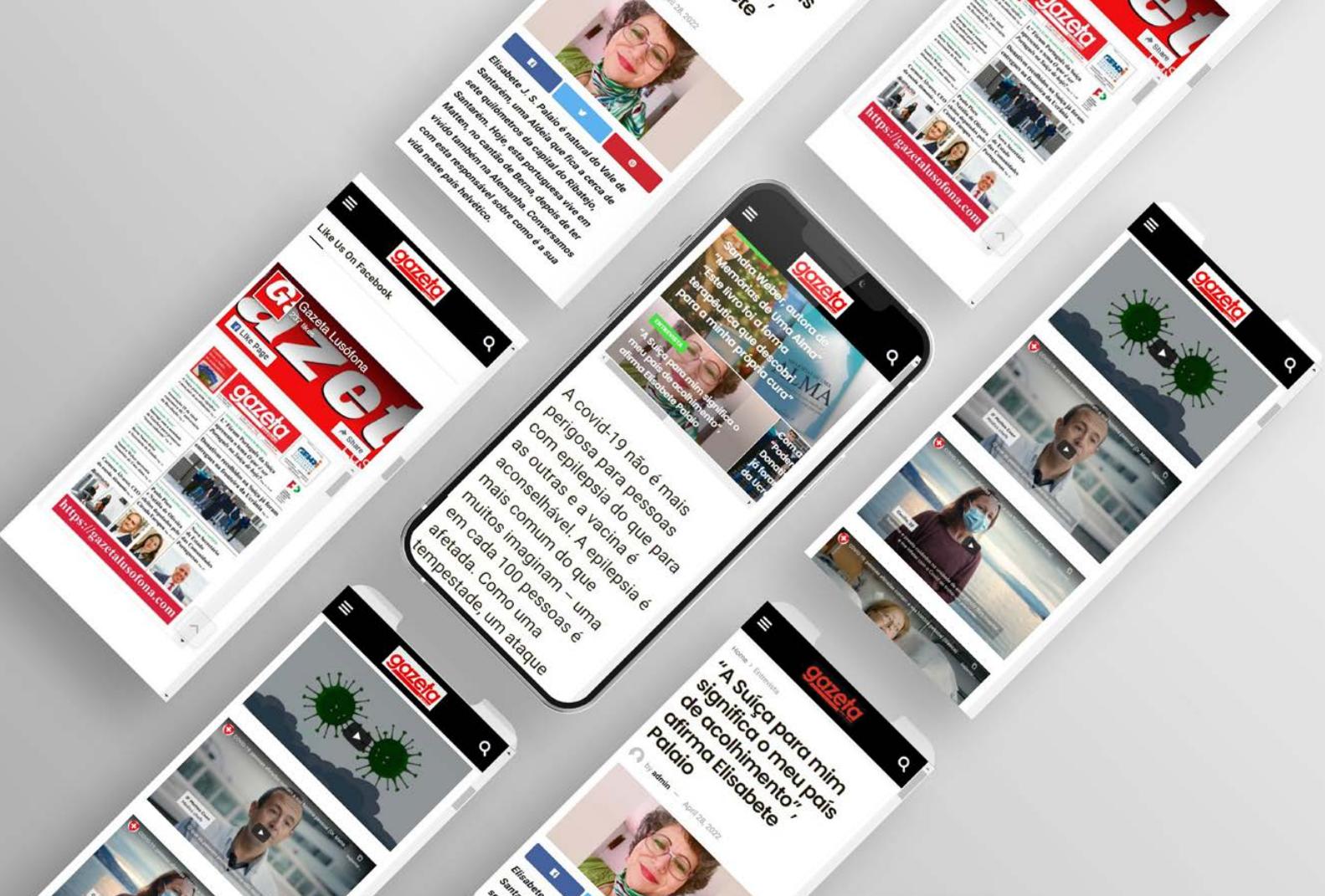
Gazeta Lusófona

Suíça



<https://gazetalusofona.com>

Jornal mensal
48 páginas
8500 exemplares de tiragem
6000 assinantes (Suíça, Portugal e outros países)
Fundado à 23 anos



O jornal Gazeta Lusófona fundado por Adelino Sá, está ao serviço da comunidade portuguesa residente na Suíça desde 1998. Como nasceu este projeto?

O jornal Gazeta Lusófona surgiu de uma ideia idealizada pelo Adelino Sá e Manuel Araújo. Era um sonho do Adelino fundar um jornal que servisse a comunidade portuguesa na Suíça. As complexidades que ele encontrou quando foi para o país helvético levou-o a desenvolver este projeto editorial para minorar as dificuldades dos portugueses na Suíça, através da informação que ia publicando edição após edição. O projeto que não sabia que caminho teria acabou por vingar e estar ativo vai para 23 anos. Tenho a honra de colaborar com o Gazeta deste o primeiro ano da sua existência.

Quais foram os pontos menos positivos que destaca ao longo destes 23 anos e os mais positivos?

É complicado enumerar. Os negativos acabaram sempre por serem anulados pelos positivos. Confesso que não posso dizer que tenham existido muito pontos negativos. O Adelino tem uma característica fantástica que o ajudou enquanto foi diretor – não baixa os braços e encara os problemas de frente. O ponto positivo é a missão do Gazeta, alcançada ao

longo dos anos. Isto é, servir a comunidade portuguesa residente na Suíça. Promover as associações portuguesas, que são imensas, num país multicultural, a começar pelas várias línguas. O Gazeta tem recebido o carinho desses portugueses que têm colaborado com este projeto que não tem objetivos comerciais e que vai desenvolvendo a sua missão – estar ao lado dos portugueses, colaborar com eles dando-lhes informação e divulgando o que melhor fazem, seja associativa ou individualmente.

Durante estes anos com certeza que surgiram histórias de cumplicidade com os vossos leitores. Conte-nos alguma que tenha ficado na memória.

Não vou pormenorizar nem identificar ninguém, seria injusto da minha parte. Mas, em várias ações de solidariedade, tenham sido por questões económicas ou de saúde, o Gazeta sente um enorme orgulho em ter colaborado para minimizar essa dor que tem atingido vários portugueses. Independentemente dessas ações, o Gazeta tem recebido o carinho de todos. Muita gente tem e continua a colaborar com este jornal que é um dos mais antigos, ativos, de língua portuguesa em toda a Europa.



<https://gazetalusofona.com>

Quais são os principais desafios e prioridades para a nova Direção que recentemente tomou posse?

Já assumi a redação do Gazeta vai para dois anos. Sei que, como diretor, tenho uma missão complicada a desenvolver. O trabalho do Adelino foi muito. Ele deixou, positivamente, um rasto por entre a comunidade portuguesa espalhada pela Suíça. Dar continuidade ao trabalho dele é o grande desafio. Até porque não foi fácil agarrar este projeto em plena pandemia. Um outro desafio e também prioridade, a curto prazo, é voltar ao contacto presencial com associações portuguesas e ajudar estas a voltarem ao normal do seu dia a dia.

Depois dessa normalidade acontecer o desafio será sempre o mesmo – servir os portugueses residentes na Suíça.

Qual vai ser a aposta? Aumentar o número de exemplares em papel, ou passar em definitivo para o online?

A aposta continua e continuará a ser a edição em papel. Felizmente temos mantido o número de assinantes. No entan-

to, também apostamos no “online” com a nossa página na internet e outras redes sociais – www.gazetalusofona.com .

Que novidades em relação aos conteúdos nos pode revelar para os próximos tempos?

Não temos grandes novidades. Continuaremos a desenvolver o que temos feito. Queremos estar ao lado das associações e das atividades que elas desenvolvem e promovem por toda a Suíça. Fazendo isso já estaremos a dar honra a esta missão aliciante que é informar.

Que mensagem quer deixar aos leitores da Gazeta Lusófona?

Aos leitores, assinantes e anunciantes eu quero deixar uma palavra de agradecimento por acreditarem neste projeto a caminho de um quarto de século a informar em língua portuguesa. Sem eles o Gazeta não faz sentido. Só com a colaboração e apoio de todos é que é possível levar mais longe tudo o que a comunidade portuguesa residente na Suíça faz.



Adélio Amaro, Diretor do Gazeta Lusófona

Adélio Amaro nasceu em 1973, em Leiria. Entre vários cursos frequentou Design da Comunicação e História de Arte do Século XX. Atualmente é Presidente do Centro de Património da Estremadura (CEPAE) que engloba todo distrito de Leiria e o concelho de Ourém, tendo nos corpos sociais a presença de sete municípios. É Consultor para a Cultura Popular do Município de Leiria, Diretor Artístico do Agromuseu Municipal Dona Julinha, Presidente da BiblioRuralis Associação Cultural, Diretor do jornal Gazeta Lusófona (Suíça) e Coordenador Editorial da editora Portugal Mag (Paris, França). Foi, por duas vezes (2002-2004 / 2017-2019), presidente da Associação Folclórica da Região de Leiria – Alta Estremadura e presidente da Associação de Investigação e Cultura de Acores e Leiria.

Referenciado em vários manuais, é autor e coordenador de 63 livros e tem uma biblioteca pessoal com cerca de 15 mil

títulos e mais de 30 mil entradas documentais, onde se destaca a coleção de jornais e revistas de todo o mundo, superior a 3 mil títulos. A Biblioteca tem um enorme destaque para a literatura Açoriana, Leiriense, Etnográfica, Brasileira e História.

Foi Jornalista Profissional (1996-2005), diretor e fundador de vários jornais. Colabora na imprensa de Portugal, Suíça, França, Brasil, Canadá e EUA. Tem cerca de 4 mil artigos publicados em mais de 80 jornais e revistas.

Foi fundador e sócio-gerente da editora Folheto Edições (2003-2015).

Já participou em dezenas de congressos e ações de formação, em países da Europa, Ásia e América e nesses mesmos continentes já fez centenas de intervenções, palestras, prefácios e apresentação de livros, organizando, também, dezenas de eventos culturais.

ARTES E ARTISTAS LUSOS

Joaquim Magalhães de Castro



Joaquim Magalhães de Castro nasceu nas Caldas de São Jorge, em Santa Maria da Feira. Escritor, jornalista independente, fotógrafo e investigador da História da Expansão Portuguesa, é autor dos livros “Mar das Especiarias”, Viagem ao Tecto do Mundo”, “No Mundo das Maravilhas” (integrados no Plano Nacional de Leitura), “Oriente Distante”, “Na Senda de Fernão Mendes Pinto” e “Costa da Memória”. Publicou ainda os álbuns fotográficos “Os Bayingyis do Vale do Mu – Lusodescendentes na Birmânia”, “A Maravilha do Outro – No Rasto de Fernão Mendes Pinto” e “Sagres – Nossa Barca”. É também autor dos documentários televisivos “Bayingyi, a Outra Face da Birmânia”, “Himalaias – Viagem dos Jesuítas Portugueses”, “De um Lado para o Outro – Diários da Mongólia”, “Sande” (sobre a vida e obra do jesuíta Duarte de Sande) e “No Reino do Dragão” (sobre a viagem pioneira ao Butão dos padres Estevão Cacela e João Cabral). Este último documentário estreou no passado dia 19 de abril na RTP 2. Colabora na imprensa de Portugal e de Macau, onde habitualmente reside.

Viajante, escritor, jornalista, fotógrafo, investigador. Em qual destes papéis se identifica mais e se sente mais realizado?

Na fase inicial, o primeiro, sem dúvida. Será a paixão pela viagem que irá despoletar todas as outras. Com o tempo, porém, a investigação passou a fazer parte da viagem e absorvê-la quase na totalidade. Tudo o resto surge da combinação dos dois. Não podia ser de outra forma. Neste momento, talvez por algum desencanto (a cobertura que de dá em Portugal ao legado resultante dos Descobrimentos é mínima), apesar da investigação estar sempre presente, a viagem pela viagem volta a surgir como uma possibilidade que encaro com agrado.

Como se passa de viajar por lazer para uma missão de divulgar a história de Portugal na América, Ásia e em África?

Não concebo a viagem como lazer. Viajo para conhecer, para me instruir, para me desafiar,

para me sentir vivo. E quando assim é o lazer não passa de uma parcela irrelevante num todo composto por conhecimento e múltiplas experiências. Quanto ao ter enveredado pela investigação da história da expansão portuguesa, foi algo de natural: tenho a História como formação académica. Tudo começou após um amigo de Macau me ter falado de uma comunidade luso-descendente do norte da Birmânia, os ditos bayingyis. Tratei de os ir visitar logo que pude. Sobre eles escrevi, fotografei e filmei, e a partir daí a viagem tomou um rumo novo. Bem mais produtivo, por sinal.

De onde nasceu o fascínio pelo Oriente?

Desde muito pequeno. Sempre me fascinaram os cabelos luzidios e os olhos amendoados das squaws dos “livros de cóbois”, como eram chamadas as bandas desenhadas de então. Como se sabe, os nativos norte-americanos têm origem asiática.

Acha que a literatura de viagem ainda é vista como um género menor da literatura?

Infelizmente sim, apesar de termos sido os pioneiros desse género. Após a publicação da Peregrinação de Fernão Mendes Pinto, expoente máximo da

literatura de viagem, surgiram pouco depois diversas edições em várias línguas europeias. Hoje, ao contrário do que acontece na França ou no Reino Unido, há por cá muito preconceito, desprezo até, em relação a esse género literário. Não admira pois que permaneça arredado das páginas dos jornais





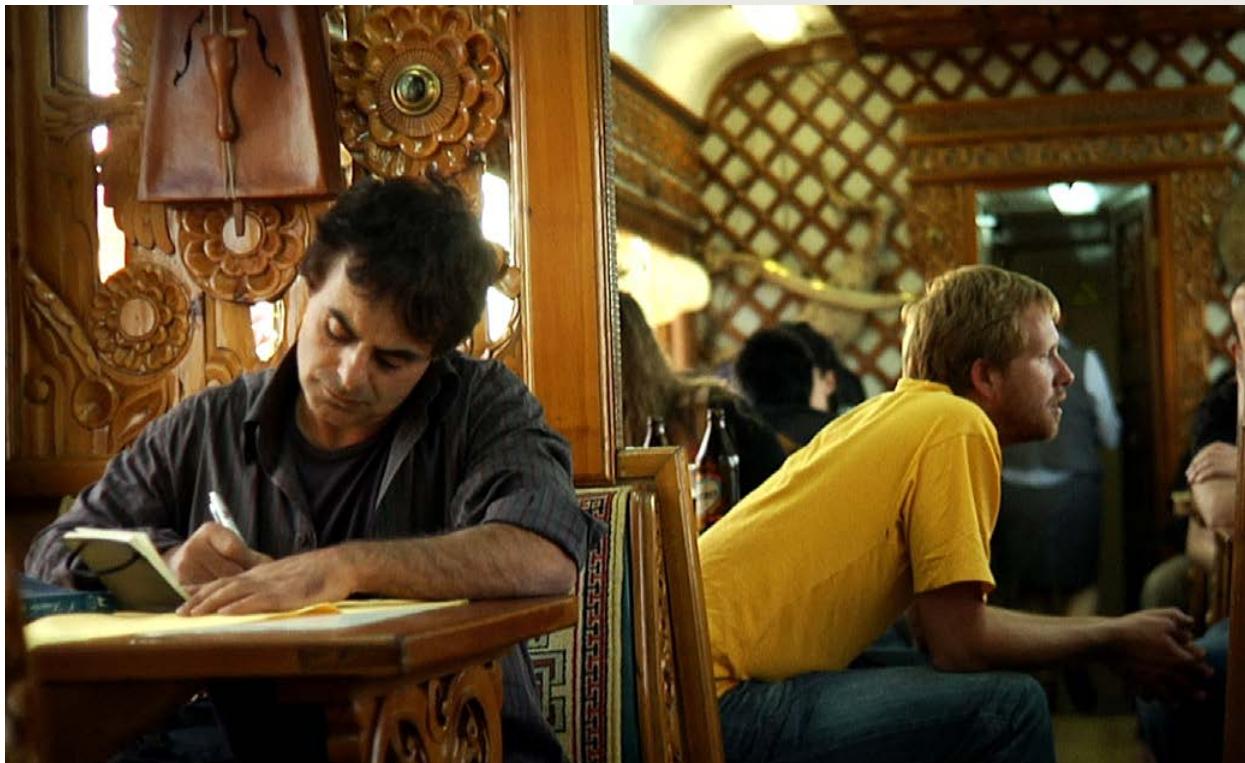
e revistas da especialidade e até dos festivais literários. A exceção parece ser o LEV - Literatura em Viagem, realizado anualmente em Matosinhos.

Segundo a Professora Clara Sarmento “Joaquim Magalhães de Castro escreve independentemente dos cânones, das instituições, das academias. Ele busca os vestígios da passagem dos portugueses nos apelidos e palavras de sonoridade familiar. O que mais lhe interessa nesta viagem são as pessoas”. Revê-se nesta análise?

Sim, mas não só. Os apelidos, os vocábulos e a fisionomia das gentes, são alguns dos indícios. Há muitos outros que se revelam a quem esteja atento. Na música que se ouve, na arquitetura que se admira, nos pratos que se degustam, nas lendas locais que se ouvem, e em tantos, tantos outros aspetos por esse mundo fora. O património é tudo isso, o material e o imaterial.

Índia, Nepal, Paquistão, Afeganistão, Birmânia, Indonésia, China, Japão alguns dos países onde já viveu. Qual foi o país que mais o seduziu? Já fez a viagem que lhe faltava (Coreia do Norte)?

Viver propriamente, apenas na China (Macau), Japão e Indonésia. Nos restantes, passei grandes períodos de tempo. Recuso-me a colecionar países. Alguns visito-os até diversas vezes, para os melhor conhecer. Quanto a favoritismos, bem, essa é aquela “pergunta para um milhão”. Difícil dizer. Toda a Ásia Central, pela sua história, paisagem e cultura, é um dos charmeiros mais aliciantes. Quanto à Coreia do Norte, sim, já a visitei, completando assim o roteiro asiático.



Nas suas inúmeras viagens em que conheceu mais de 100 países viveu inúmeros episódios, um dos quais no Irão onde teve uma arma apontada à cabeça. Como foi esse momento? Também deve ter tido situações divertidas e curiosas. Quer-nos contar algumas?

Não foi muito agradável. Nessa altura o Irão e o Iraque estavam em guerra. Acompanhado da Ingrid, a minha namorada belga, regressava da Índia, aproveitando a boleia de um casal de alemães. Curiosamente, meses antes tínhamos viajado em sentido oposto com a nossa carrinha, que depois vendemos no Nepal, uma prática comum na época. Num dos múltiplos postos de controlo um dos guardas revolucionários (fanáticos religiosos) implicou com a Ingrid porque deixara uma madeixa do cabelo

fora do véu. E para mostrar o seu desagrado atirou com o passaporte dela ao chão. Protestei veementemente e ele, sem a menor hesitação, tirou arma do coldre e apontou-a à minha cabeça perguntando: “não posso, o quê?!” Foi convincente, acreditam. Nessa altura, o mote em voga era “Abaixo os EUA!, Abaixo a URSS!”, pelo que de nada valiam os protestos. Fora isso, devo dizer que o povo iraniano é dos mais hospitalários que conheço. E o Irão, um país fascinante. Recomendo. Quanto às “situações divertidas e curiosas”, convido-os a lerem os meus livros. Estão lá todas. Uma coisa vos prometo: não se aborrecerão.

Como escolhe os temas e os destinos para as suas viagens? Que preparação faz (roteiro, orçamento, preparação física, calendarização, etc)?



Não costumo fazer nada disso, a não ser que esteja a preparar um documentário ou uma reportagem pré determinada e com datas marcadas. Sempre que posso só compro bilhete de ida. Depois logo se vê.

Quais são os seus projetos para 2022?

Projetos são sempre muitos. O problema é conseguir concretizá-los. Também me habituei a não falar muito deles, por causa dos “esconjurados”... Não dizem que o segredo é alma do negócio? Do que está em curso (há sempre coisas em curso), posso adiantar a estreia televisiva do meu documentário “No Reino do Dragão”, sobre a epopeia terrestre dos padres jesuítas João Cabral e Estêvão Cacela, os primeiros europeus a visitar o Butão. Foi

transmitido na RTP 2, no passado dia 19 de Abril. Agradeço a todos aqueles que viram o documentário. É importante que o nosso canal público de televisão reconheça a importância deste tipo de trabalhos e os apoie em termos de produção e divulgação.

Pensa regressar um dia em definitivo a Portugal?

Nunca deixei de estar em Portugal, já que este está impregnado no mundo. E a um nível tal que as pessoas nem imaginam.

Qual é o seu maior sonho?

Neste momento?! Muita paz e toda a saúde possível. Sem isso, é escusado sonhar.



Terry Costa
Presidente do Conselho Cultural da AILD

| AMBIENTE

Comunidades de energia renovável

Apresentadas como mecanismos de descarbonização e de democratização no acesso à produção da própria energia, as comunidades de energia renovável (CER) visam um maior envolvimento dos cidadãos no combate às alterações climáticas e uma forma eficaz de debelar a pobreza energética dos lares portugueses. Este modelo de autoconsumo colectivo veio trazer uma grande revolução ao sector energético, historicamente controlado pelas grandes empresas do sector. Neste caso, o Governo e a indústria parecem ter percebido que as grandes mudanças só acontecem com o envolvimento das pessoas.

A implementação destas comunidades energéticas está no centro da agenda política e vem dar resposta a antigas aspirações dos cidadãos. Foi através do Decreto-Lei n.º 162/2019 que o Governo legislou sobre o autoconsumo de energia renovável, todavia, só foi possível avançar com a constituição destas comunidades em Março de 2021, através da regulamentação publicada pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). Apesar de já existirem as soluções energéticas inovadoras e sustentáveis direcionadas para o auto consumo,



foi necessário definir os critérios e os objectivos para a sua implementação em larga escala, através de uma base legal nacional e europeia.

O autoconsumo e a partilha através das comunidades de energia renovável, além de promoverem a eficiência energética através da instalação de painéis fotovoltaicos nos edifícios, contribuirão para a redução da necessidade de se implementarem grandes centrais solares que, como sabemos, provocam grandes impactes ambientais.



Apesar de recentes, as comunidades de energia terão um papel muito importante no processo da transição energética, enquanto unidades de produção de energia de proximidade. O futuro aponta para um modelo de produção da própria energia no local onde esta é consumida, centrada nos cidadãos, nas comunidades e nas empresas.

Tomando por base um estudo publicado pela consultora ambiental CE Delft, prevê-se que em 2050, mais de 264 milhões de cidadãos da Europa possam produzir a sua própria energia. Estes valores correspondem a cerca de 45% das necessidades energéticas europeias.

Espera-se que, efectivamente, os ganhos ambientais e sociais resultantes deste novo modelo de produção para autoconsumo e partilha, sejam uma realidade. A par da redução de custos, que beneficiam directamente as famílias, é imperativo reduzir os gastos energéticos e apostar em sistemas mais eficientes, advindo daí ganhos económicos e ambientais consideráveis.

Os edifícios passam a assumir um papel central neste novo modelo, enquanto elementos de produção, armazenamento, distribuição, partilha e consumo, completando assim todo o ciclo energético, sem necessidade de recebe-



rem energia de fontes externas, em alguns casos, ou reduzindo consideravelmente essas carências, noutras.

Todavia, embora, em teoria, possa parecer um modelo de energia acessível a todos, na prática, poderá não ser bem assim. Deve ter-se em conta a existência de riscos de exclusão de determinados estratos sociais mais vulneráveis. Esta situação poderá contribuir para um acentuar de desigualdades, a acrescentar a muitas outras já existentes na sociedade actual.

Importa, também, alertar para alguns pontos que poderão ser determinantes no sucesso desta iniciativa. Se, por um lado, a ideia se nos afigura justa, porque se baseia na democratização do acesso aos recursos energéticos, teme-se por outro que, o excesso de burocracia, a sobrecarga de taxas e impostos cobrados pelo Estado e a concentração do negócio nas grandes companhias de energia, possa deitar por terra todo o sucesso que daqui possa advir. Os primeiros passos estão dados, se vai correr bem ou não, só o futuro o dirá!

O autor não aderiu ao novo acordo ortográfico



Vítor Afonso
Mestre em TIC

Negra

*Gentes estranhas com seus olhos cheios
doutros mundos
quiseram cantar teus encantos*

*para elas só de mistérios profundos,
de delírios e feitiçarias...
Teus encantos profundos de África.*

Mas não puderam.

*Em seus formais e rendilhados cantos,
ausentes de emoção e sinceridade,
quedas-te longínqua, inatingível,
virgem de contactos mais fundos.
E te mascararam de esfinge de ébano,
amante sensual,*

*jarra etrusca, exotismo tropical,
demência, atração, crueldade,
animalidade, magia...
e não sabemos quantas outras palavras
vistasas e vazias.*

Noémia de Sousa

*Em seus formais cantos rendilhados
foste tudo, negra...
menos tu.*

*E ainda bem.
Ainda bem que nos deixaram a nós,
do mesmo sangue, mesmos nervos, carne,
alma,
sofrimento,
a glória única e sentida de te cantar
com emoção verdadeira e radical,
a glória comovida de te cantar, toda
amassada,
moldada, vazada nesta sílaba imensa e
luminosa: MÃE*

Seleção de poemas Gilda Pereira

| SAÚDE E BEM ESTAR

Ouvir e falar com os nossos olhos?

O papel da máscara na equitação terapêutica



Surgiu de modo inesperado e inusitado... Revolucionou as logísticas rotineiras de entrada em casa, os sábados de supermercado e os domingos de notícias... A imperativa de “ficar em casa”, a minimização dos contactos sociais e o uso obrigatório da máscara, que trouxe mudanças significativas à forma como as pessoas se relacionam, com consequências na sua saúde mental. O ser humano como

criatura social, para comunicar com o outro, recorre à linguagem verbal e não-verbal, sendo a expressão facial, um cartão de visita que permite “ler o outro”. Esta leitura, além de ser influenciada pelos diferentes contextos sociais e culturais, também depende de um conjunto de competências, nomeadamente ao nível do reconhecimento emocional facial. Para pessoas com dificuldades específicas na



comunicação e na relação, como é o caso das pessoas com perturbação do espectro autista (PEA), a máscara, além de ser um acessório incômodo, tem vindo a dificultar esta interação, sendo sentida pelos técnicos como geradora de ruído na comunicação bilateral.

São vários os técnicos de diferentes modalidades terapêuticas, que dão conta deste impacto na sua atuação, nomeadamente na equitação psicoeducacional. Este modelo de intervenção tem comprovado ser muito eficaz junto de pessoas com PEA, revelando-se este contacto da criança/jovem com o animal, um contexto único, autêntico e promotor do vínculo relacional. O contacto corporal potencia esta conexão – sendo que o cavalo funciona como elo, facilitador da relação terapêutica. Vários benefícios são observados na aplicação desta terapia, nomeadamente,

a diminuição da frequência cardíaca, melhorias ao nível cognitivo, na linguagem, e na interação com o próprio e com o mundo, entre outros.

A situação pandémica atual modificou e trouxe desafios acrescidos à intervenção terapêutica neste contexto. Uma vez que a máscara oculta cerca de 60-70% do rosto humano, privilegia-se os olhos e a voz como principais vias de comunicação das emoções – isto é, passámos também a “ouvir e falar com os nossos olhos” – ocorrendo uma diminuição da receção de grande parte da informação, por falta de acesso à leitura labial e ao estado emocional do outro, com várias repercussões nas diferentes áreas do desenvolvimento.

Diversos estudos têm indicado que a máscara acarreta desafios específicos no tratamento de pessoas com PEA,





tendo impacto na interação social e na qualidade das intervenções terapêuticas, e particularmente, aquelas que recorrem ao contacto/proximidade física e à expressividade emocional, como é o caso da equitação psicoeducacional. Em muitas ocasiões, o uso da máscara torna-se um meio pouco viável para estas pessoas, pelas suas características. Relativamente ao trabalho junto das famílias, este envolve, entre outros, a função de suporte e de recurso para minimizar o seu isolamento social que, em muitos casos, se acentuou.

Torna-se relevante, assim, refletir sobre outros aspectos: poderá a máscara funcionar, simultaneamente, como um meio de proteção da saúde e de barreira na relação com o outro? O não permitir reconhecer as características do rosto do outro, afetará o nível de conexão, e tornará o contacto menos humanizado? Que outros recursos teremos de mobilizar para superar estas dificuldades?

No teatro, a máscara simboliza uma persona, o ocultar da verdadeira identidade. Na relação terapêutica, a máscara descarateriza a identidade do técnico, podendo cons-

tituir uma barreira psicológica na construção da relação terapêutica. Pode-se pensar em alguns meios alternativos auxiliares, para minimizar os impactos do uso da máscara, tais como: apontar para pistas visuais ou “sorrir com o olhar”, e a utilização de máscaras faciais transparentes, sempre que possível. Importa reforçar que o técnico deve sempre sobrelevar o vínculo terapêutico, baseado numa relação de empatia, genuinidade e aceitação das particularidades individuais. Contudo, embora essenciais, estes aspectos têm o potencial de, por vezes, serem insuficientes. Em suma, a máscara alterou, de facto, o contexto e a forma de nos relacionamos, e trouxe outros desafios à intervenção da equitação psicoeducacional, com as crianças/jovens com perturbação do espetro autista (PEA) e as suas famílias. É inegável o proeminente papel da máscara facial nos contextos atuais, e vários estudos têm reconhecido o impacto negativo no reconhecimento emocional e estabelecimento da relação, nas pessoas com PEA, tornando-se relevante pensar e ponderar estratégias que tentem minimizar as consequências do uso da máscara.



Sofia Magalhães
Psicóloga e Coordenadora no Projeto Autismo | EPE

AILD
ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL
DOS LUSODESCENDENTES

**OFERTA FORMATIVA
À SUA MEDIDA**

**FORMAÇÃO MODULAR
CERTIFICADA**

Frequência gratuita
Formação Online/Presencial

ATIVOS EMPREGADOS
Por conta própria
Por conta de outrem

Certificado de habilitações
Subsídio de alimentação

Visite o nosso site em aild.pt e inscreva-se já

Contactos

info@aild.pt
+351 939 082 261
Rua Latino Coelho 87
1050-134 Lisboa
aild.pt

 ProfiForma
Voces Certo Potencial Humano

Co-financiado por

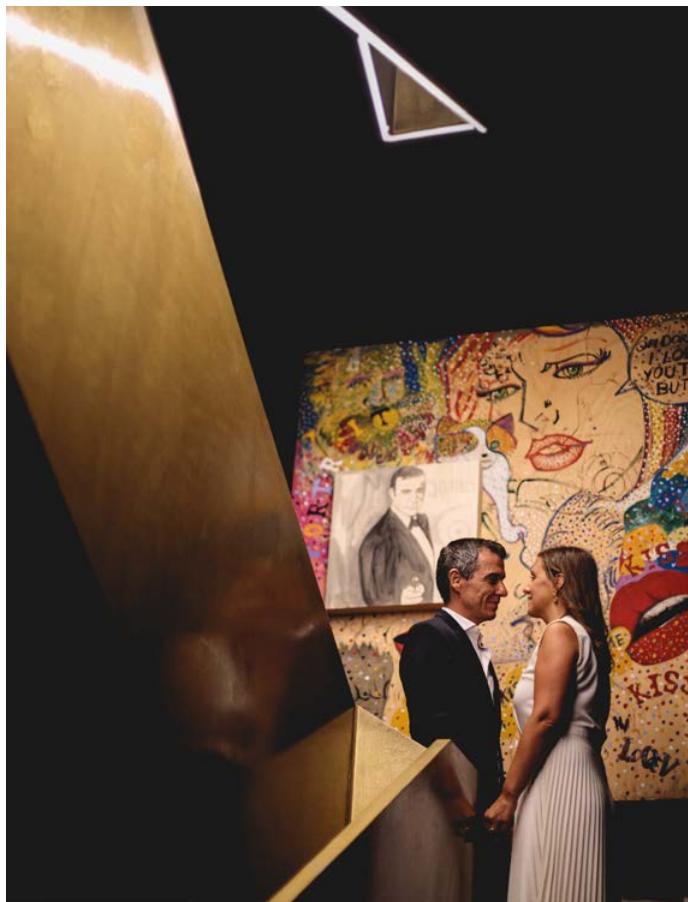
    





PELA LENTE DE
Tiago Ribeiro









Numa era em que a fotografia documental está em voga, o que nos distingue é a visão única de cada um. Todos podemos ver um momento acontecer, mas cada um vê e sente aquele instante à sua maneira. Assim sendo, do meu ponto de vista, um registo de casamento passa por eternizar todos os momentos na sua forma mais natural mas também esteticamente mais apelativa. Deste modo tento ser o mais criativo possível e todos os dias tentar fazer diferente do anterior. Quando falamos de sessões só com os noivos, e porque por muitos bons momentos que ficuem registados, todos gostamos de nos ver no nosso melhor, o à vontade é o meu lema e por isso as fotografias que mais me caracterizam são de noivos a sorrir. Depois é dar asas à criatividade e explorar tudo o que se encontra à nossa volta. Por último e não menos importante são os objetos que vão contar o que se passou e para os quais diariamente olhamos para reviver a história. Daí que acho que têm imensa importância e direito ao seu destaque. Claro que isto são os meus cincuenta céntimos e como tudo na arte e na vida são discutíveis.

| COM LUPA: CÁ DENTRO

À descoberta da “quase” desconhecida...



Para matar as suas saudades pelas coisas simples, nestes dias primaveris, viajamos até à bela Vila Flor.

Onde se situa?

É o distrito de Bragança que acolhe o nosso ponto de destino: Vila Flor. Localizada, no extremo nordeste de Portugal, Bragança constitui uma região marcada, entre outros aspectos, pela vasta diversidade de recursos (tanto naturais, como históricos e culturais); pela variedade de produtos agrários (vinho, azeite, fumeiro e enchidos, queijo de ovelha e cabra, mel, etc.); pela albergagem de reservas naturais (Parque Natural de Montesinho e Parque Natural do Douro Internacional); pela ampla rede hidrográfica e pelo rico património histórico, arqueológico e monumental. Além de Vila Flor, conta com Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vimioso e Vinhais, somando assim

um total de 12 concelhos. Em Bragança, distinguem-se ainda duas regiões distintas: a Terra Fria (concelhos de Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais) e a Terra Quente (desde o vale do rio Douro até aos cumes das serras de Reboredo e Bornes). Constitui por isso, um espaço geográfico de enorme potencialidade com uma capacidade de oferta turística heterogénea.

Roteiro

É possível cada vez mais na atualidade fazermos visitas virtuais e ficarmos a “conhecer” à distância de um clique, um local. No entanto, existem inúmeros recantos que acabam por passar despercebidos e, são esses mesmos que permitem profundos sentimentos de descoberta. Hoje viajamos até Vila Flor, um dos concelhos que fazem parte da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica. Como estamos em maio, reúnem-se as condições perfeitas para passar aqui um excelente dia, já que no verão, o



calor extremo chega a ser um pouco intolerável. Recomendamos que disponha de um carro para chegar até cada um dos pontos do roteiro.

Antes de começar a contemplar o património deixe-se encantar com a indescritível paisagem proporcionada pela privilegiada localização, já que Vila Flor integra o território do Vale da Vilariça e a área do Parque Natural Regional do Vale do Tua.

Para passar a sua manhã e a sua hora de almoço com tranquilidade, nada melhor que visitar o Complexo Turístico do Peneireiro. Começar com uma caminhada em torno da imensidão de água na Barragem do Peneireiro é uma forma pacífica e saudável de dar as boas-vindas a esta terra.

Mesmo à beira vai encontrar o Parque de Campismo que dispõe de ínfimas opções de lazer e práticas desportivas para si e para a sua família. Encontra-se equipado com minimercado, bar e esplanada; três blocos de balneários; campo de futebol e voleibol de praia; courts de ténis e um parque infantil. Se quiser optar por um piquenique é só dirigir-se até ao Parque de Merendas, já que este é um espaço amplo com vários bancos e mesas e arvoredo denso que facilita sombra. Aqui no Complexo pode até mesmo encontrar um Mini-Zoo que acolhe veados, raposas, javalis, pavões, entre outras espécies animais, e uma piscina municipal, com 3 tanques para adultos, crianças e bebés. Com as energias recarregadas está na hora de ir até ao

Centro Interpretativo do Cabeço da Mina para reconhecer inúmeros aspetos quer do património natural, quer do património cultural do Vale da Vilariça, assim como os achados arqueológicos descobertos no Cabeço da Mina. As esmeradas ilustrações, os requintados painéis fotográficos, os textos elucidativos e o documentário “Os Enigmas do Cabeço de Mina” (que aliás foi premiado recentemente de melhor filme de arqueologia pré-histórica no Festival Firenze Archeofilm, em Itália) irão surpreendê-lo!

Para descobrir em curtas distâncias, numerosos monumentos e pontos de interesse, siga para a zona histórica de Vila Flor. Não perca pois de vista, o Pelourinho que se ergue num dos largos principais de Vila Flor, e, que está classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público (outro exemplo de IIP é a antiga forca de Freixiel e o Arco de D. Dinis). De visita obrigatória é o Museu Municipal Doutora Berta Cabral! Situado perto da Igreja Matriz de Vila Flor,

reúne cerca de 3000 peças (coleções de pintura, etnografia, arte sacra, arqueologia, artesanato africano, numismática e medalhistica) que foram oferecidas pelos vilaflorenses e amigos da terra, ao longo dos anos. O papel deste museu é fulcral na preservação e afirmação da história e cultura do concelho.

Em Vila Flor pode encontrar inúmeros Santuários, como o Santuário de Nossa Senhora do Rosário, o Santuário de Santa Cecília e o Santuário de Nossa Senhora do Castanheiro. Os que recomendamos que visite, pelo simbolismo arquitetónico e histórico que apresentam e, principalmente, pela paisagem que fornecem, já que servem igualmente de miradouros, são o Santuário de Nossa Senhora da Assunção e o Santuário de Nossa Senhora da Lapa.

Já deve estar, provavelmente, a aparecer o pôr-do-sol, então prepare-se! O Baloíço da Senhora da Lapa é o ponto alto da sua visita! Todo o ambiente que desfrutou até aqui,





a atmosfera de paz e simplicidade, a convivência com a natureza no seu estado puro, vão unir-se no momento em que se sentar. É uma experiência sensorial que o vai fazer lembrar de Vila Flor para sempre!

E, se já não estaria esta visita perfeita, Vila Flor ainda guarda uma última surpresa! Como integra o Vale do Tua que foi certificado como “Destino Turístico Starlight” (poluição luminosa muito baixa), tem a sua oportunidade para desfrutar na totalidade do céu noturno, das estrelas, da Lua...

Para se deliciar com refeições extremamente saborosas,

doses generosas, staff simpático, atendimento rápido e de qualidade sugerimos o Restaurante D. Dinis e a Quinta do Palame.

Se decidir pernoitar, com a naturalidade, conforto e suavidade da região indicamos a Casa de Campo das Sécias. Propomos do mesmo modo a Quinta do Palame, com enorme excelência e primor.

Fica ainda aqui uma pequena curiosidade do topónimo: Aquando da sua passagem pela região, D. Dinis rendido à venustidade da paisagem, batizou em 1286 a antiga Póvoa d’além Sabor de Vila Flor.



Fatinha Pinheiro
Geógrafa

| C O M L U P A : L Á F O R A

Berlim I Parte

A cidade que procura virar a página



A cidade de Berlim, é a atual capital da Alemanha, e um dos dezasseis Estados germânicos. Esta metrópole, com cerca de 3,5 Milhões de habitantes, é a maior cidade do país, e a sétima área urbana mais habitada de toda a União Europeia. A história da cidade remonta ao ano de 1237 nas margens do rio Spree, local onde um pequeno povoado começava a desenvolver-se suportado nos mercados marítimos, de cereal e madeira. Longe da imponência atual, a cidade de Berlim em 1411, era governada sob domínio da dinastia Hohenzollern, integrando o Império Romano Germânico, seguindo-se a proclamação de Berlim como a capital de Brandemburgo. A ocupação da cidade pelas tropas napoleónicas, fez

despertar a consciência nacional, e em 1871 com a derrota dos Franceses às mãos da Prússia, reconduziram a cidade a capital do novo Império Prussiano.

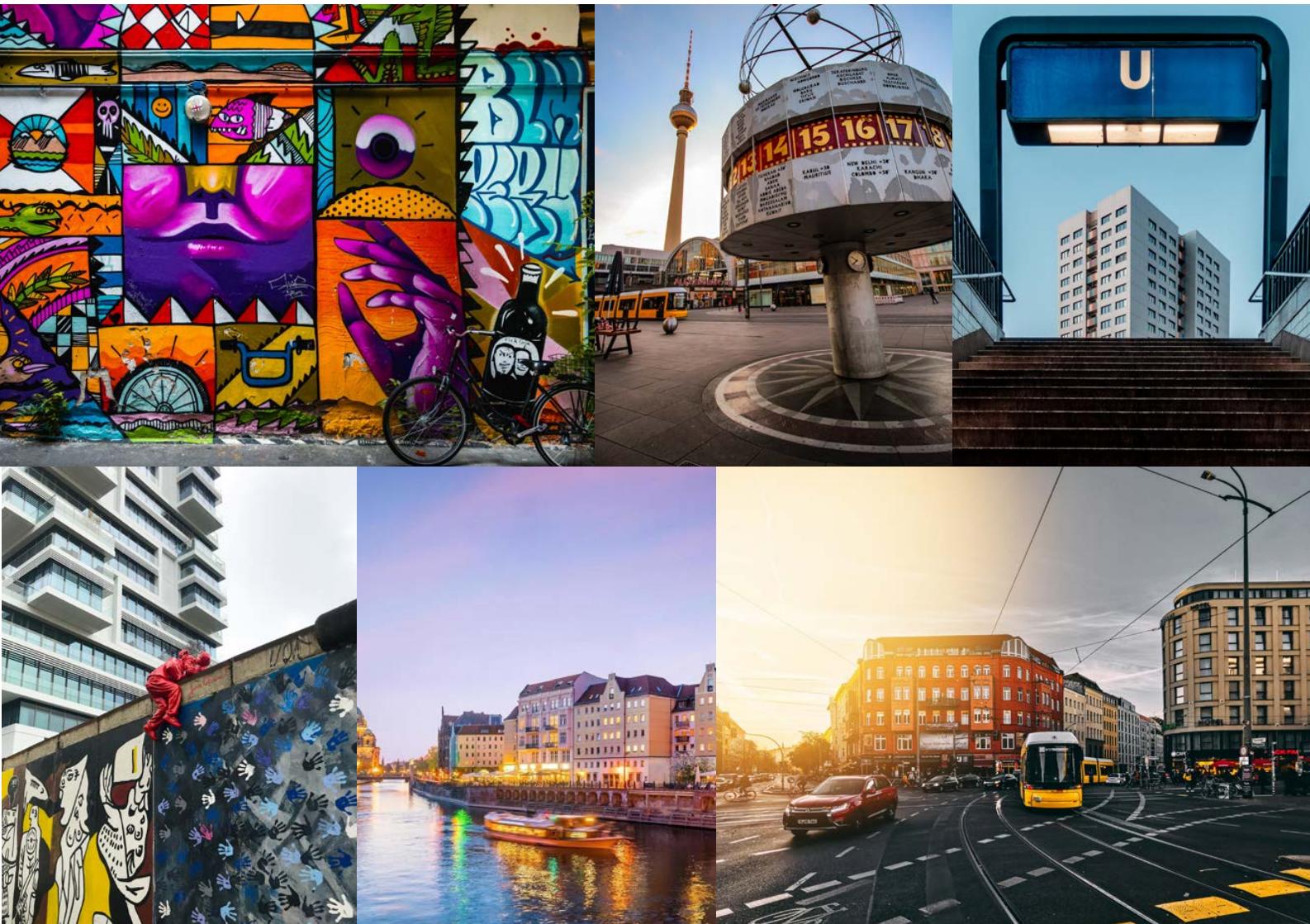
Nos anos subsequentes, assistiu-se a um crescimento demográfico estonteante, sendo que no início do século XX a cidade era já conhecida como referência arquitetónica, cultural e financeira.

Seguiram-se anos de declínio, e a Alemanha integrou a coligação dos Impérios Austro-húngaro e Otomano culminando com uma pesada derrota frente às Forças Aliadas. A recém-proclamada República Weimar resistira até 1933, e aproveitando o forte período de instabilidade económica,

Adolfo Hitler era nomeado Chanceler dando origem ao Terceiro Reich. Atos isolados como queima de obras literárias e as eliminações de possíveis opositores foram as medidas tomadas no imediato, seguindo-se uma perseguição racial aos Judeus. Em 1939, Hitler sobre falsas informações de um ataque Polaco invoca legitimidade para invadir e ocupar Polónia. Durante anos de guerra, milhões de judeus e opositores foram enviados para campos de extermínio. A expansão nazi prosseguia a bom ritmo, contando com o apoio de Benito Mussolini e do General Franco, a invasão prosseguia a Este e a Leste. O combate da Invasão nazi era

efetuado a Leste pelo exército Soviético, e no Ocidente pelas tropas Aliadas, e à medida que o território era recuperado, o mundo ficava a conhecer as maiores barbaridades alguma vez perpetradas. Em 1945, Berlim é invadida pelo exército russo pondo fim ao império mais macabro que a humanidade alguma vez conhecera.

No período 1961-1988, caracterizaram-se pela ocupação estrangeira da cidade, originando uma espécie de paz apelidada como Guerra Fria Ocidente/Oriente. Em 1989, é derubado o regime separatista RDA/RFA resultando na reuniificação da Alemanha. Os anos subsequentes transformam





completamente a cidade de Berlim, de uma cidade fustigada pelos sucessivos conflitos a uma economia fortíssima gozando de uma posição central na Europa.

A maioria das companhias aéreas europeias voam para Berlim, através de voos diretos ou com escalas. A moderna rede ferroviária europeia coloca igualmente Berlim no epicentro da Europa, sendo que muitos visitantes preferem este meio de transporte. A Cidade de Berlim é relativamente segura e visitada por milhões de turistas anualmente, que usam o metro U-Bahn para se deslocar no interior da cidade. A barreira linguística poderá representar uma barreira, todavia todos os locais estão devidamente identificados em inglês. O clima poderá ser igualmente uma adversidade, todavia a construção alemã é uma das melhores e todos os edifícios estão dotados de infraestruturas que nos fazem esquecer as temperaturas negativas que por vezes se sente nas ruas.

Parlamento Alemão de Berlim «Deutscher Bundestag»

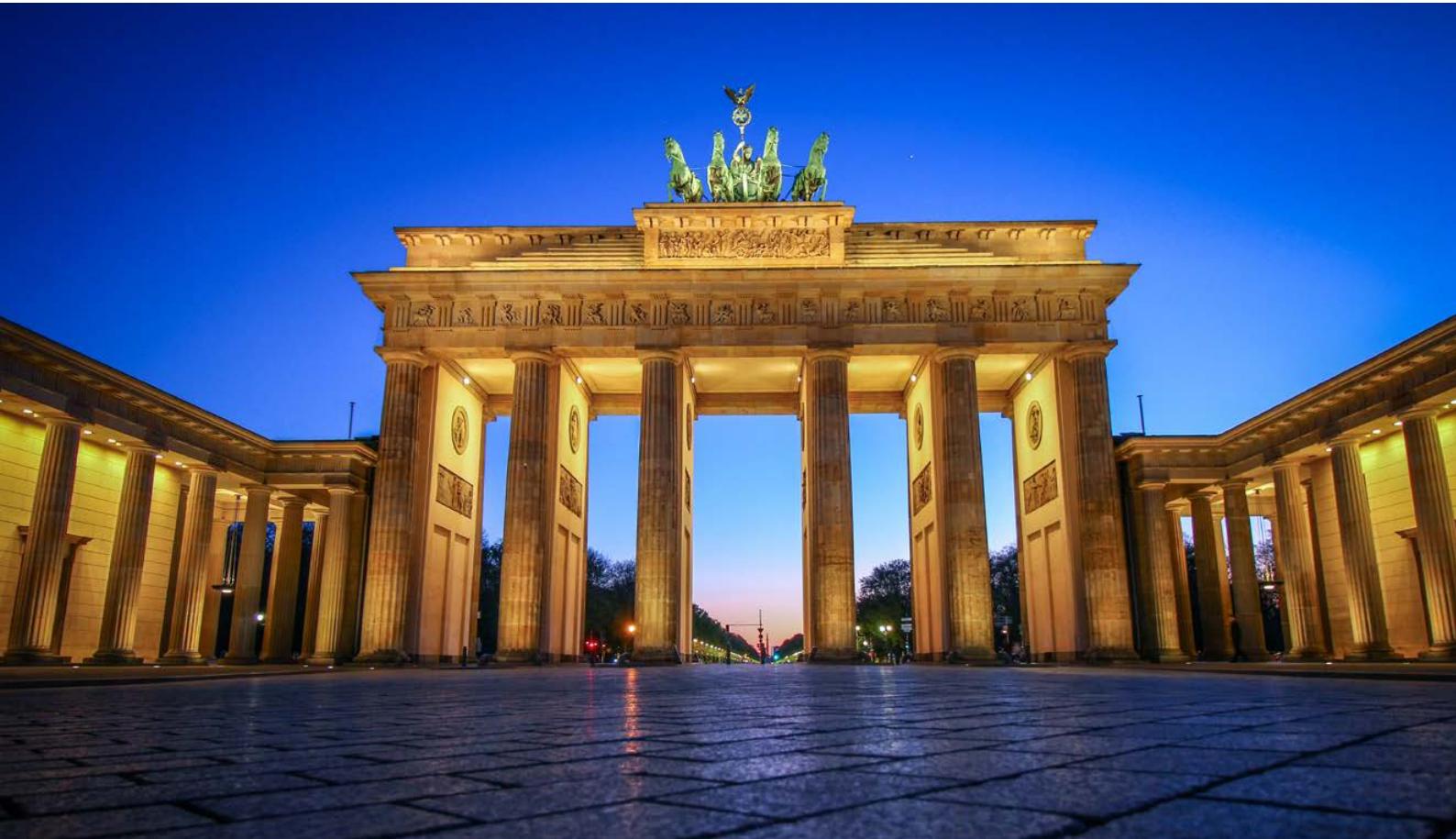
O antigo edifício do Reichstag situado nas imediações das

Portas de Brandeburg é atual sede do Parlamento Alemão. A impressionante cúpula deste edifício, ao estilo clássico sobressai dos demais, como um dos grandes símbolos de Berlim. A visita ao Bundestag, poderá demorar cerca de 3 a 4 horas sendo atualmente possível visitar cúpula.

Durante diversos anos, nomeadamente no apogeu Nazi, este local perdeu importância, sendo usado e ocupado apenas por militares. Durante a II Guerra Mundial foi bombardeado e só recentemente foi reconstruído, incluindo uma cúpula nova. Nas imediações existem jardins apelativos repletos de locais em modo piquenique.

Portas de Brandeburgo «Brandenburger Tor»

Inaugurado em 1971, nas imediações da Praça Parizer, o portão de Brandeburgo configura uma antiga porta de acesso ao interior da cidade de Berlim. Encomendada pelo rei Frederico Guilherme da Prússia, como um símbolo do triunfo da paz sobre as armas, esta enorme construção neoclássica possui doze colunas, e é atravessada por um



conjunto de cinco estradas. Sobre o arco os visitantes podem observar uma réplica da “quadriga” onde a deusa grega da paz é puxada por cavalos.

A «Quadriga» original terá vivido uma história conturbada, visto que imediatamente após a construção deste monumento sucederam-se invasões francesas que culminaram na retirada da mesma por ordem expressa de Napoleão Bonaparte. Existem inclusive, registos históricos que descrevem o envio da quadriga para França, como forma de demonstração de dominância por parte dos franceses. Em 1814, a Quadriga regressa a Berlim após a Batalha das Nações, herdando uma cruz de ferro e a águia prussiana procurando celebrar a libertação do domínio francês. Nos últimos dias da Segunda

Guerra Mundial, observaram-se danos consideráveis tanto nas portas como na quadriga. Durante um período, a cidade de Berlim permaneceu dividida em sectores e as portas de Brandeburgo configuravam uma “espécie de fronteira” entre territórios de controlo Soviético e Britânico. As tropas soviéticas tentaram desestabilizar o sector aliado, procedendo à mudança do sentido sobre o qual marchava a quadriga. Atualmente este é um dos locais mais visitados da cidade de Berlim, repleto de turistas que se amontoam numa tentativa de obter uma fotografia. Será difícil aos visitantes imaginarem a importância desse local na história da Alemanha, mas as Portas de Brandeburgo foram muito mais que um simples acesso à cidade.



João Costa
Doutorando em Sistemas Sustentáveis de Energia

FALAR PORTUGUÊS

Dez palavras portuguesas de origem catalã



Se um dia viajar pela Catalunha ou arredores, repare bem nas palavras: encontra umas quantas que nos contam um pouco da história da nossa língua.

Para começar, e antes de avançarmos para as palavras prometidas no título, aponto para as placas das estradas catalãs que prometem uma terra chamada «Vielha».

Vielha é a capital da região catalã de Val d'Aran, que fica na vertente norte dos Pireneus. No fundo, tecnicamente, já não faz parte da Península Ibérica. Esta particularidade geográfica nota-se na língua: «Vielha» não é um nome catalão, mas antes aranês, uma variante do occitano, a língua do Sul de França que conhecemos por vários nomes, como langue d'oc, provençal, entre outros. O aranês é, em conjunto com o catalão e o castelhano, língua oficial do Val d'Aran.

Interessa isto a um português? Interessa, se for pessoa curiosa por línguas e afins. Mas, mesmo que não o seja, fique a sa-

ber: aquele «lh» em «Vielha» é uma velha tradição occitana de representação de um som que não existia em latim. Quando os portugueses começaram a escrever o mesmo som, imitaram a solução provençal. O nosso dígrafo «lh» terá vindo, portanto, de terras occitanas — e encontramo-lo no nome de Vielha. Nos nomes em catalão, o dígrafo usado é «ll», como em «Andorra-la-Vella».

Não é só neste pormenor ortográfico num recanto montanhoso da Catalunha que encontramos parte da história da nossa língua. Na própria língua catalã, encontramos muitas palavras que vieram a dar origem a palavras portuguesas.

Vou dar dez exemplos (há mais).

1. Bosque

Muitas vezes, quando um português repara no catalão sem conhecer bem a história da língua, diz que é uma mistura de castelhano e francês. Poderá parecer, sim, principalmente quando ouvimos verbos como «parlar» ou «menjar».



A verdadeira língua irmã do catalão é não o francês, mas o occitano. Assim, há palavras de origem catalã que também podem ser de origem occitana. As línguas tinham fronteiras nada fáceis de definir na Idade Média — aliás, ainda hoje não são nada fáceis, apesar da ilusão de fronteiras claras que as línguas nacionais nos transmitem. Ainda por cima, as palavras não eram importadas com etiqueta.

Um exemplo de palavra de que não se sabe muito bem se terá vindo do catalão ou do occitano é «bosque», com origem em «bosc» — que «bosc» e «bosque» se pronunciem da mesma maneira diz bastante da forma, digamos assim, resumida como lemos o «e» em muitas situações.

A palavra foi também oferecida ao castelhano — e tinha vindo do latim tardio («boscus»), que a tinha ido buscar aos germanos (nas línguas germânicas deu origem, entre outras palavras, ao «bush» inglês, com outro significado).

2. Orgulho

A palavra «orgulho» veio do catalão «orgull» e chegou a várias outras línguas latinas. Tal como o bosque, também tinha vindo das línguas germânicas.

Sim, é verdade: falarmos da origem das palavras, seja ela catalã, persa, latina ou outra coisa qualquer, é muitas vezes uma imprecisão. As palavras raramente aparecem do nada numa língua: vêm quase sempre de outro lado qualquer. Portanto, estas dez palavras que aqui estou a enumerar são, na verdade, palavras que passaram pelo catalão e vieram parar ao português, onde também estão de passagem.

Talvez por isso seja muito difícil aceitar algum tipo de orgulho pela invenção das palavras — são sempre nossas e de muitos outros e estão sempre a mudar, na caótica dança das conversas ao longo dos séculos.

3. Capicua

Nos dois primeiros casos, a origem catalã está bem disfarçada. Neste terceiro exemplo, temos claramente a expressão catalã «cap i cua», ou seja, «cabeça e cauda». Uma capicua é um número em que tanto se dá se começamos a ler pela cabeça ou pela cauda...

«Cap» é uma palavra com muitos significados no catalão. Quer dizer «cabeça», «chefe» e ainda «nenhum» (e haverá mais sentidos, estou certo).

«No hi ha cap problema»: não há nenhum problema.

4. Molhe

Barcelona sempre foi um dos grandes portos do Mediterrâneo e os catalães viajaram pelo antigo Mare Nostrum — a própria língua ainda é falada numa terra da Sardenha.

Há, assim, algumas palavras marítimas do catalão que ganharam tanta força que vieram parar a este lado da Península. «Molhe» é uma delas.

Há também muitas palavras catalãs relacionadas com ventos. «Sotavento»*, por exemplo, vem do «sotavent» catalão. «Sota» quer dizer «sob». «Sotavento»: sob o vento.

5. Ilha

«Ilha» é outra das palavras marítimas que chegaram ao português vindas do catalão. Se lhe juntarmos «bosque» e a última palavra desta lista, vemos que há um certo sabor de aventura nas palavras portuguesas que vieram do catalão.

Como acontece com muitos empréstimos, já cá tínhamos outra palavra que significava a mesma coisa: «ínsua». Essa palavra acabou por se restringir às ilhas fluviais. Também reimportámos a palavra latina («insula») em palavras como «península» ou «insular». As palavras multiplicam-se ao sabor dos caprichos dos falantes e não obedecem a qualquer desejo de arrumar o vocabulário.

6. Molde

Esta palavra não tem nada de marítimo, mas também veio do catalão. Ou melhor, como já vimos acima, passou pelo catalão. Neste caso, veio do latim «modulus», passou ao «motle» catalão, transformou-se no «molde» castelhano e acabou no português.

Algumas das palavras catalãs fazem este caminho: passam pelo castelhano antes de chegar ao português. Não é nada de extraordinário: o castelhano está no meio e teve, durante séculos, muito prestígio no nosso país.

7. Relógio

O nosso relógio vem do «rellotge» catalão, que chegou a ter a forma «orollotge», que mostra bem a origem no latim «horologium», que por sua vez tinha vindo do grego «hōrōlō-

gion» (contador de horas). Do catalão passou ao «reloj» castelhano e ao «relógio» português — e ainda a outras línguas. A palavra parece trazer em si um vento do Mediterrâneo: do grego ao latim, passando depois ao catalão, até se atrever por fim a atravessar a Meseta em direcção à nossa língua.

8. Papel (e pincel)

Parece haver uma tendência para várias palavras terminadas em «-el» terem origem catalã. «Papel», por exemplo, e «pincel».

A estas palavras do lado oriental da península aplicámos uma tendência muito ocidental, comum ao galego e ao português: eliminámos o som /l/ entre as vogais do plural: «papel», «papéis».

9. Perfume

Neste caso, a palavra terá partido do catalão ou do occitano (ou de ambos) e terá sido importada pelo francês na forma «parfum». Há poucas certezas — mas sabemos que, do francês, se espalhou pelo mundo e chegou ao nosso «perfume». Há dúvidas, muitas dúvidas — como, aliás, é comum nestas aventuras da etimologia. Neste caso, as dúvidas são tantas que eu nem devia incluir a palavra na lista. Mas, como usei duas palavras no número oito, vou permitir-me este abuso e avançar, então, para a última palavra da selecção.

10. Viagem

A origem exacta não é fácil de confirmar: veio de «viatge», é certo, mas essa é mais uma palavra partilhada pelo catalão e pelo occitano.

Por acaso, foi numa viagem às montanhas que separam a Catalunha das terras occitanas que ganhei a pancada das línguas. Aos 14 anos, fui a Andorra com a minha família, todo contente de mapa na mão (não havia GPS), ansioso por entrar num país tão pequeno que parecia de brincar.

Foi já no quarto de hotel nesse país escondido entre montanhas que se deu o caso: liguei a televisão e pus-me a ver e a ouvir uma senhora a falar. Fiquei espécado. Sabia reconhecer bem o castelhano e o francês, mas não fazia ideia de que língua era aquela. Quis saber mais. Até hoje.



Marco Neves
Universidade Nova de Lisboa

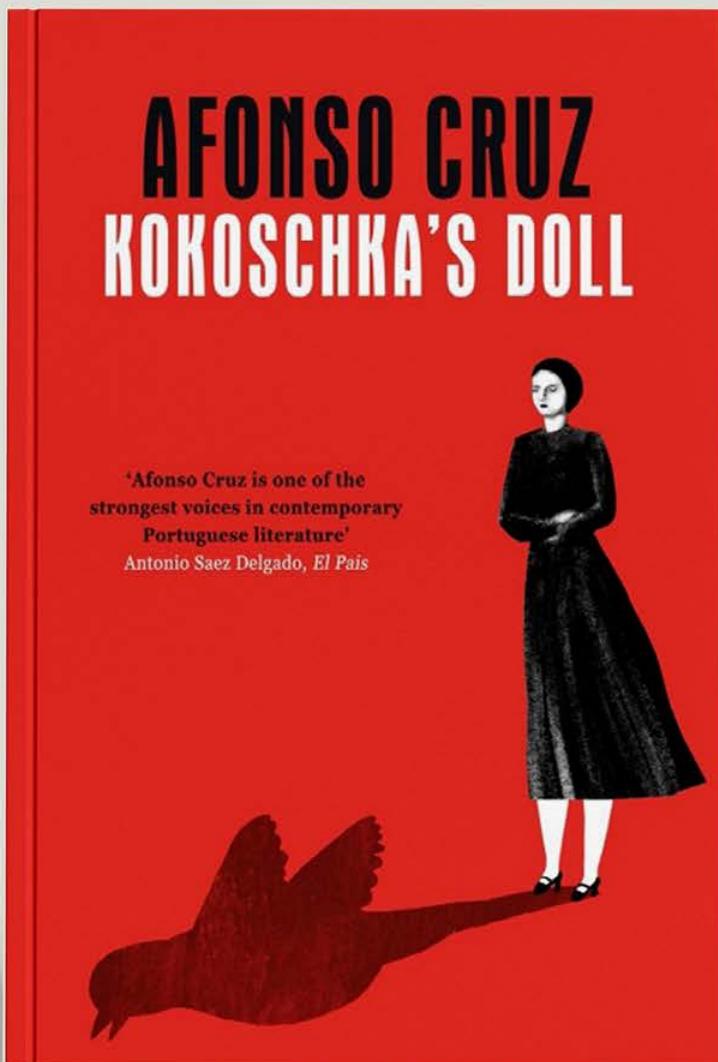
in **PORTUGUESE**
TRANSLATION

2nd SESSION

Kokoschka's Doll, by Afonso Cruz
Translated by Rahul Bery

Both author and translator will join us for our
second meeting at PinT Book Club.

Thursday, 19 May 2022
19.00 h (BST)





Qubo Engenharia
Construímos
o seu sonho
consigo!

Sabe o que é uma casa passiva?

É uma casa que gasta muito pouco energia e recicla a que produz. Graças ao desempenho do seu isolamento térmico, à sua ventilação, às contribuições da energia solar, mantém uma temperatura ambiente suave ao longo do ano.

O que podemos fazer por si

Projeto
Construção
Reabilitação,
Remodelação
Reparação



(+351) 964 827 699
geral@qubo.pt

QUBO.PT



DIREITO FISCAL

O programa fiscal do novo governo português

contact@rfflawyers.com

<http://rffassociados.pt>

O Governo apresentou o seu Programa à Assembleia da República. Importa salientar a matéria fiscal, a que a lei do Orçamento de Estado (“OE”) dará depois “substância” financeira.

Salientamos, em sede de IRS e dos rendimentos das famílias, o alargamento do IRS Jovem, a criação de mais escalões de tributação, o aumento das deduções fiscais para as famílias com filhos e do mínimo de existência, o aumento extraordinário das pensões e a prorrogação do regime aplicável aos ex-residentes (“Programa Regressar”) até 2023, onde se prevê a exclusão de tributação de 50% nos rendimentos do trabalho dependente e nos rendimentos empresariais e profissionais.

Em matéria de IRC e de tributação das empresas, salienta-se o fim do Pagamento Especial por Conta, novos ajustamentos na estrutura do IRC que favoreçam as “boas práticas salariais nas empresas”, o reforço da capacidade de dedu-



ção à coleta em IRC dos lucros das empresas, o estabelecimento de um regime de tributação favorável para as start-ups e o reforço do regime das Patent Box.

O Programa do Governo procura responder, ainda, às consequências económicas e sociais decorrentes da guerra na Ucrânia, ao mesmo tempo que pretende preservar o relançamento económico na pós-pandemia, reforçando a autonomia europeia no acesso a fontes de energia. E a política fiscal do Governo terá como prioridade a proteção do ambiente, desincentivando as atividades poluentes, conferindo vantagens fiscais aos veículos elé-

tricos e a hidrogénio e alterando o enquadramento fiscal das empresas no sentido de favorecer o uso dos transportes públicos.

Este Programa será agora concretizado na lei do OE para 2022. Mas podemos antecipar ao olhar para este Programa, que o Governo pouco inovará em relação à proposta de Lei do OE anterior e que não foi aprovada, acrescentando-lhe algumas medidas decorrentes da guerra que entretanto eclodiu (vg a inflação). Em breve veremos - como todos ansiamos - propostas e soluções concretas, resultantes das discussões parlamentares, quer deste programa, quer dessa nova proposta da Lei do OE. Mas esperamos também que permitam, a final, diminuir a dívida pública e (re)colocar o contribuinte em primeiro lugar e Portugal enquanto plataforma de investimento internacional e de residência, e assim, cada vez mais atrativo para reforço das nossas exportações.



Rogério M. Fernandes Ferreira
Rogério Fernandes Ferreira & Associados

| FISCAL

Toda a ajuda é bem vindas

Por vezes, um empreendedor tem tudo, uma boa ideia, um bom processo de funcionamento para a sua empresa, uma boa de abordagem do mercado, recursos humanos qualificados, um plano de negócios bem feito, mas não tem a liquidez suficiente para criar a sua empresa e financiar a seu projeto, não podendo contar com amigos e familiares para o fazer, nem com doações de desconhecidos.

Hoje, em dia, até já existem formas bem estruturadas de obter financiamento de desconhecidos através das plataformas de *Crowdfunding*. Estas plataformas também permitem colocar uma quantidade de encomendas do seu produto que permitem o arranque da atividade da empresa.

Numa primeira fase, o empreendedor tentará identificar todas as linhas de financiamento disponíveis, mas provavelmente descobrirá que a sua nova sociedade necessita de um Capital Social mínimo, para que terceiros também acreditem no seu projeto e estejam dispostos a arriscar o seu património. Qualquer entidade que fi-

nancia uma atividade, exige garantias mínimas que lhes dê alguma tranquilidade.

O empreendedor não dispõe de meios financeiros para dotar de liquidez o seu projeto de investimento, poderá convencer terceiros, a tornarem-se seus sócios nesta empresa. Chegado aqui deverá ponderar que percentagem de capital social estará disposto a guardar para si, uma vez que, já não estará sozinho na tomada de decisões. Sabendo que quem tem mais capital social, tem mais votos, e por conseguinte tem maior influência nas decisões da empresa.

Gerir esta situação nem sempre é fácil, mas convém não esquecer que é melhor ter uma pequena percentagem de um grande negócio do que ter 100% de nada. Outra forma de clarificar as regras do jogo, numa situação em que o empreendedor abdica do controlo da empresa, é definir uns estatutos bem elaborados e ponderar, também, num bom acordo parassocial que dê mais garantias no respeito dos acordos estabelecidos entre os sócios da empre-

sa, e que garanta um quadro estável nas relações entre sócios.

Existem várias vantagens em recorrer a Capitais de Risco ou *Business Angels*, para financiar o Capital Social. Estes investidores procuram novas empresas promissoras, para investirem o seu dinheiro, dispostos a apoiarem a gestão da sociedade com a sua experiência, a partilharem os seus contactos com fornecedores chave, distribuidores e até profissionais competentes. Em troca exigem uma percentagem no Capital Social da empresa, fixam as condições de remuneração desta colaboração e o modo como se fará mais tarde a sua saída do Capital Social da Empresa.

Como tudo convém ponderar as vantagens e desvantagens da entrada de cada novo sócio na empresa, porque muitas vezes é da harmonia e a coesão entre os sócios que depende um sucesso de uma empresa.

Também neste tema, o empreendedor pelo sim pelo não deve hesitar em recorrer a um contabilista certificado pedindo conselho.



Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



Quando falham certos detalhes tudo se torna inútil.

info@amostradeletras.pt

AM
amostra de letras
COMUNICAÇÃO



WWW.EIMIGRANTE.PT

VIVA A SUA REFORMA EM PORTUGAL



+351 217 960 436



GERAL@EIMIGRANTE.PT



@EIMIGRANTE



AV. FONTES PEREIRA DE MELO, 35-2ºA 1050-118 LISBOA
RUA FELICIANO DE CASTILHO, 66 4000-293 PORTO